

As Regionalidades Demográficas do Portugal Contemporâneo¹

Maria João Guardado Moreira

Escola Superior de Educação de Castelo Branco- Instituto Politécnico de Castelo Branco

E-Mail: guardad.moreira@mail.telepac.pt

Teresa Ferreira Rodrigues

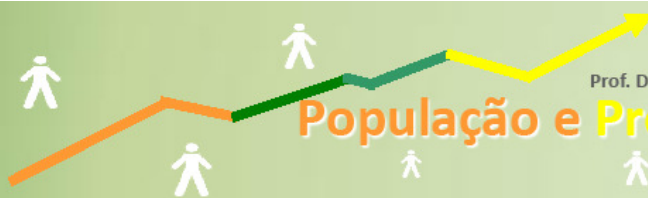
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa.

Email: trodrigues@fcs.unl.pt

Em Portugal, os últimos quinze anos foram marcados por alguma moderação do crescimento demográfico, devido ao declínio sustentado da fecundidade e a sucessivas alterações nos valores e sentido dos fenómenos migratórios. Essa desaceleração teve causas diversas, sendo acompanhada pelo fenómeno de envelhecimento, mais evidente em zonas debilitadas por movimentos simultâneos de declínio de fecundidade e de volumes significativos de emigração e/ou migrações para outras partes do país, nomeadamente para o litoral e para os centros urbanos. Com efeito, uma leitura dos indicadores populacionais nas unidades em que se divide o país na perspectiva da recolha de informação demográfica, permite detectar vários quotidianos locais, a que correspondem distintos processos de transição para a modernidade. A existência de dinâmicas específicas de comportamento é causa e consequência de realidades específicas e circunscritas geograficamente, a uma escala que excepcionalmente coincide com a divisão normativa. Essas realidades só ganham expressividade quando analisadas a nível local e cruzadas com indicadores não demográficos.

A população portuguesa terá aumentado cerca de 91% durante o século XX, valor que reflecte uma tendência positiva moderada, embora sujeita a variações significativas. Na realidade, até muito tarde quando comparado com a maioria dos estados europeus, Portugal continuará a apresentar níveis de fecundidade e mortalidade superiores à média, que

¹ As conclusões que apresentamos neste texto fazem parte da investigação realizada no âmbito do Projecto POCI/DEM/58366/2004, *Regionalidade Demográfica e Diversidade Social*, projecto financiado pela FCT.



garantiam um saldo fisiológico bastante positivo e que poderia ter fomentado um aumento significativo do número de residentes, não fossem os saldos migratórios negativos. Efectivamente, a dinâmica de crescimento foi restringida pelos comportamentos migratórios. A emigração, essa constante na história portuguesa contemporânea, terá sido talvez a mais influente, mas devemos lembrar o papel desempenhado pelas migrações internas no que respeita ao acentuar das desigualdades no território nacional, tal como não podemos esquecer o fenómeno imigratório inédito dos anos 90, embora ainda demasiado recente para que o possamos considerar sustentado.

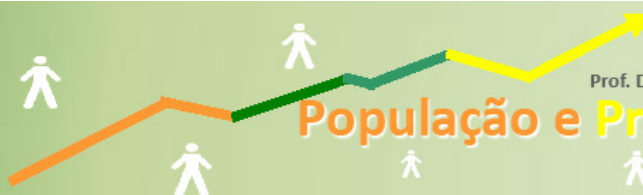
Os moldes em que se processa a evolução demográfica regional remetem para um trabalho que publicámos em 2001. Guiava-nos o propósito de fazer um ponto de situação sobre os ritmos e direcções de crescimento demográfico desde 1801. Para tanto baseamos-nos na evolução percentual de cada distrito face ao número de residentes nos momentos censitários. A análise comparada dos resultados, bem como a sua repartição no espaço, levou-nos a perceber quatro diferentes tendências ou “histórias” regionais, definidas por padrões de comportamento concordantes a nível interno e suficientemente distanciados entre si. O objectivo do texto actual consiste em enriquecer esta análise.

De acordo com os dados oficiais do recenseamento realizado na Primavera de 2001 residiam em Portugal continental e Regiões Autónomas 10 355 824 indivíduos, valor que traduz uma quase duplicação face aos 5 423 132 arrolados no início de Dezembro de 1900, hoje estimado em 10,584,3 milhares.² Conhecem-se relativamente bem as tendências e características macrodemográficas nos últimos cem anos, bem como a sucessão de conjunturas que em larga medida determinaram os diferentes ritmos sentidos nos subperíodos em que do ponto de vista demográfico podemos dividir a centúria.³ São também conhecidos os papéis protagonizados pela mortalidade, fecundidade e movimentos migratórios nesse processo de longa duração, quer em termos globais, quer, bem mais importante, à escala regional.⁴ A dinâmica própria de cada variável e da sua inter relação

² Cf. RODRIGUES, 2002: 26-35. CARRILHO, 2008: 111.

³ A delimitação destes sub períodos baseia-se na existência de recenseamentos gerais, cuja realização obedece a uma regularidade quase decenal (dias 1 a 15 de Dezembro dos anos terminados em zero), excepto no caso dos censos de 1911 e a partir de 1981. Os últimos três recenseamentos da população portuguesa foram realizados a 16 de Março de 1981, 14 de Abril de 1991 e 11 de Março de 2001, facto que tornou necessário efectuar alguns ajustamentos em termos de cálculos.

⁴ O estudo das evoluções macro e micro demográficas da população portuguesa ao longo do século XX não oferece em termos genéricos grandes dificuldades, dada a regularidade e quantidade de informações contidas nos recenseamentos e



com as restantes permite uma leitura compreensiva da actualidade. Portugal, juntamente com os seus congéneres da União Europeia, apresenta um modelo demográfico quase uniforme.⁵

1. Dinâmicas globais

Ao longo de todo o século XX a população aumentou moderadamente em Portugal. Factores de índole diversa, a nível político e sobretudo económico e cultural explicam a relativa lentidão de crescimento do número total de residentes no país, que ao todo subiu 91,0% entre 1900 e 2001. Não obstante, e tal como acontecera no passado próximo, esta variação global esconde inevitáveis assimetrias internas, entre o continente e as ilhas dos Açores e da Madeira e entre cada uma delas. Na realidade continental há que distinguir a parte norte do sul, bem como áreas do litoral e do interior e ainda territórios rurais e urbanos.

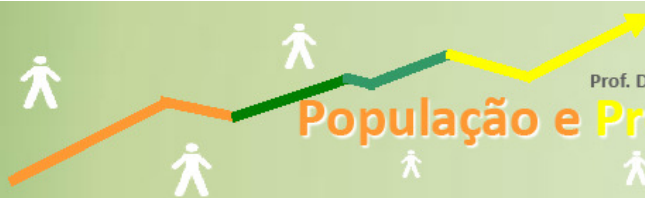
Quadro 1 – Evolução e ritmos de crescimento em Portugal no século XX

ANOS	Pop. Total	t.c.a.m.	Continente	t.c.a.m.	Ilhas	t.c.a.m.
1900	5 446 760	0.65	5 039 744	0.67	407 016	0.44
1911	5 999 146	0.88	5 586 053	0.94	413 093	0.13
1920	6 080 135	0.15	5 668 232	0.16	411 903	-0.03
1930	6 802 429	1.13	6 334 507	1.12	467 922	0.28
1940	7 755 423	1.32	7 218 892	1.32	536 541	0.38
1950	8 510 240	0.93	7 921 913	0.93	588 327	0.93
1960	8 889 392	0.44	8 292 975	0.46	596 417	0.14
1970	8 663 252	-0.26	8 123 310	-0.21	539 942	-0.99
1981	9 833 014	1.24	9 336 760	1.37	496 254	-0.82
1991	9 862 670	0.03	9 371 448	0.04	491 222	-0.10
2001	10 355 824	0.49	9 869 050	0.52	486 774	-0.09
2005	10 569 592	0.51	10 082 154	0.54	487 438	0.03

FONTE: *Estatísticas Demográficas*, 1968, p.LXX e XI^o a XIV^o Recenseamento Geral da População Portuguesa, 1970,1981,1991, 2001; Estimativas da População para 31/XII/2005

nas séries estatísticas relativas ao movimento da população. A questão coloca-se mais em termos de comparabilidade directa de certos indicadores, nomeadamente devido aos diferentes critérios a que obedece a selecção dos dados divulgados, e ao modo como são agrupados. A substituição das províncias e distritos por NUTS para datas anteriores a 1988 torna necessária a reconstituição das áreas distritais, sempre que se desejam efectuar análises de longa duração.

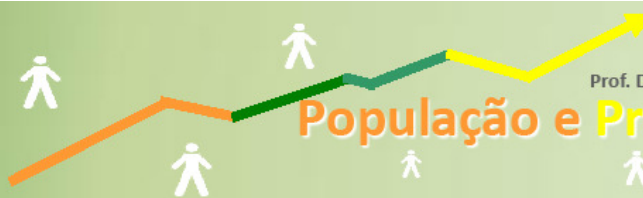
⁵ O crescimento total é reduzido ou mesmo negativos, se apenas baseado na relação entre número total de nascimentos e óbitos, situação que só é alterada pela influência dos movimentos migratórios, caso estes sejam de tendência positiva. Acresce a estas dinâmicas a existência de estruturas etárias duplamente envelhecidas, enquadradas por esperanças médias de vida elevadas e níveis baixos de fecundidade. (MOREIRA e RODRIGUES, 2005: 145-169).



A história dos Arquipélagos da Madeira e Açores foi, ao nível da questão que aqui nos importa, marcada por grandes diferenças face ao continente e sujeita a flutuações mais acentuadas. **(Quadro 1)** Esse panorama geral de diversidade consubstancia-se em ritmos de crescimento total anual médio, não raro inversos ao restante território, se exceptuarmos a primeira década, os anos 40 e 60 do século XX e inícios do seguinte. Parte dessa originalidade decorre das características específicas dos comportamentos colectivos insulares. Em termos de longa duração há que sublinhar a longa permanência nas ilhas atlânticas de altos níveis de fecundidade e mortalidade, a que se veio juntar a influência determinante do factor migratório. A emigração e as migrações entre ilhas e para o continente actuaram nesses espaços como verdadeiros elementos reguladores do total de habitantes. A dependência face às migrações manteve-se estreita, evidenciando-se em momentos de conjuntura internacional adversa, como aconteceu entre 1920 e 1950. A população insular diminuiu entre 1911 e 1920, para recuperar nas décadas imediatas e registar o seu crescimento máximo durante a 2ª Guerra Mundial. Os anos 50 foram já menos positivos e as variações populacionais negativas sucederam-se a partir da década de 60, sintoma de um mal-estar, que as mais recentes estimativas parecem contrariar. Os Açores viram subir na década de 90 o volume de residentes (1,7%), ao contrário da Madeira, onde a descida foi acentuada (-3,3%). Na década anterior, a situação fora inversa, o que denota uma certa instabilidade demográfica. Mas também a evolução continental se pautou ao longo da centúria pela existência de sub períodos próprios, marcados por taxas de crescimento anual médio e de variação muito diferentes entre si, que, logicamente, nem sempre coincidem com as datas censitárias, razão pela qual propomos a periodização alternativa patente no **Quadro 2**.⁶

O processo de industrialização terá sido um dos principais responsáveis pelo acentuar das diferenças regionais e remonta à segunda parte de Oitocentos. Ao criar uma nova geografia dos recursos, a fixação privilegiada de unidades industriais em determinadas zonas do país modificou as formas de mobilidade interna, de molde a que os recursos humanos pudessem corresponder de modo mais eficaz às solicitações dos novos agentes económicos e às novas realidades de índole social. A relativa melhoria das condições de

⁶ Uma análise mais detalhada destas conjunturas e respectiva influência em termos demográficos encontra-se sintetizada por RODRIGUES, 1995: 57 e segs.



vida da população e os primeiros e ténues indícios de redução dos níveis de mortalidade, desde finais do século XIX, permitiram durante a 1ª metade do seguinte compensar o aumento gradual dos fluxos emigratórios. Até 1917 a população portuguesa continuou a aumentar, apesar da conjuntura internacional ser claramente desfavorável. A gripe pneumónica que nesse ano atinge o país constitui o momento mais grave dessa conjugação de factores adversos, antecedida por um recuo generalizado do nível médio de vida das gentes portuguesas. Porém, uma vez terminada essa fase negativa de múltiplas causas, a partir dos anos 20 a população reiniciou o seu movimento ascendente, que nem o início da 2ª Guerra Mundial inverteu.

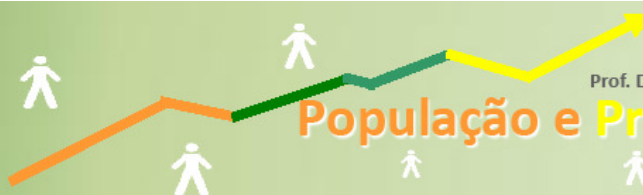
Quadro 2 – Fases de crescimento diferencial da população do continente

Períodos Intercensitários	t.c.a.m.
1801 – 1851	0.35
1851 – 1911	0.78
1911 – 1920	0.16
1920 – 1950	1.12
1950 – 1974 ⁷	0.23
1974 – 1976	3.73
1976 – 1981	0.71
1981 – 1991	0.04
1991 - 2001	0.52
2001 - 2005	0.54

FONTE: I^o a XIV^o Recenseamentos Gerais da População Portuguesa, 1867- 2002; Estimativas da População para 31/XII/2005

Modificavam-se, porém, os factores explicativos do processo e gradualmente as migrações passaram a desempenhar um papel determinante nos modos de aumento populacional. A crise económica de 1929-1931 foi benéfica nesse sentido, porque reteve em Portugal, tal como a guerra e a entrada de alguns refugiados no país, jovens que doutro modo teriam engrossado as fileiras emigratórias. Quando em meados dos anos 40 se retomou a dinâmica migratória, o crescimento populacional abrandou, acentuado pela diminuição paralela dos saldos fisiológicos, embora ainda menos expressiva do que no futuro próximo. O saldo negativo dos movimentos migratórios foi acumulando durante as

⁷ Estimámos a população de 1974 aplicando aos valores de 1970 a taxa de crescimento anual médio de 1970-1981. Este procedimento introduz um erro de sobreavaliação, embora minimizado pela tendência de diminuição dos saldos fisiológicos. Acrescentámos a esse total 500 mil retornados das ex-colónias, mantendo o ritmo de crescimento médio da década, com vista a obter a população provável em 1976. Esta estimativa grosseira apontava para 8 373 508 residentes em 1974, contra 9 010 160 em 1976.



décadas de 50 e 60, a ponto de provocar o decréscimo da população portuguesa entre 1960 e 1974. A inversão de tendência aparece ligada ao 25 de Abril de 1974, ano em que aumento demográfico foi de 2,6%, ascendendo a 4,4% no seguinte. Ao todo, o retorno das ex-colónias provocou entre meados de 1974 e 1976 um acréscimo de sete pontos percentuais no número de residentes continentais. Mas, a partir de então, os saldos globais voltam gradualmente ao que eram, tendo início uma fase de progressão muito lenta. O fenómeno de estabilização demográfica dos últimos vinte anos da centúria, embora mais palpável na década de 80, explica-se pela rapidez com que o nosso país se aproximou dos comportamentos europeus face à mortalidade e à fecundidade. A população portuguesa envelheceu, porque nascem cada vez menos crianças e se morre cada vez mais tarde.

O confronto das taxas de crescimento total e migratório líquido⁸ (**Quadro 3**) permite concluir que o Portugal contemporâneo cresceu na dependência das variações de intensidade dos fluxos migratórios, que assumiram proporções inéditas na história portuguesa a partir do terceiro quartel de Oitocentos, na sua vertente emigratória.⁹ Esta foi determinante até meados da década de 70, mas à medida que avançamos no tempo as migrações internas irão adquirir uma importância crescente, aliando-se à alteração dos comportamentos globais face à fecundidade e à mortalidade.¹⁰ Novos padrões de comportamento explicam parte a evolução e decorrem a par da transferência interna de indivíduos do interior para o litoral e também para os centros urbanos.

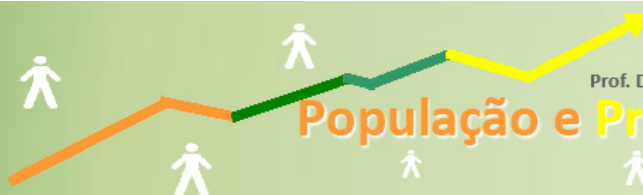
Quadro 3 – Taxas médias anuais de crescimento natural (TCN), total (TCT) e migratório líquido (TCML) em Portugal no século XX

Períodos Intercensitários	TCN	TCT	TCML
1900 – 1911	1.20	0.86	-0.34
1911 – 1920	0.79	0.14	-0.65
1920 – 1930	1.26	1.24	-0.02
1930 – 1940	1.15	1.24	0.09
1940 – 1950	1.05	0.89	-0.16
1950 – 1960	1.22	0.48	-0.74
1960 – 1970	1.15	-0.21	-1.36
1970 – 1981	0.85	1.29	0.44

⁸ A taxa de crescimento natural mede o aumento da população, se baseado apenas no saldo entre o total de nascimentos e óbitos. A diferença entre esse valor e o crescimento total, observado por comparação com os volumes obtidos através do recenseamento, permite estimar o ritmo de crescimento migratório.

⁹ BAGANHA, 1998: 215-228.

¹⁰ Sobre esta questão veja-se NAZARETH, 1988.



1981 – 1991	0.34	0.03	-0.31
1991 – 2001	0.08	0.49	0.41
2001 - 2005	0.06	0.43	0.37

FONTE: *Estatísticas Demográficas*, 1968, p.LXX e XI^o a XIV^o *Recenseamento Geral da População Portuguesa*, 1970,1981,1991, 2001; Estimativas da População para 31/XII/2005

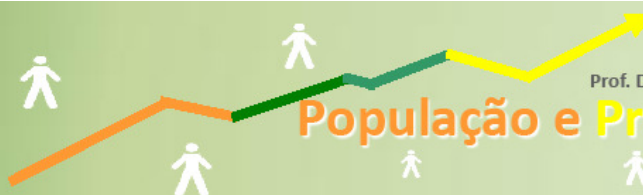
Sem a emigração e as migrações internas o aumento demográfico teria sido quase uniforme até final dos anos 60, diminuindo rapidamente de seguida, para voltar a subir nos anos 90, devido à imigração. A má qualidade dos dados oficiais sobre esta matéria persiste até hoje, impedindo a obtenção de um total seguro quanto a (e)imigrantes, essencial dado o papel chave que as migrações desempenham na história da portuguesa no século XX. A emigração cumpriu o papel principal até aos anos 70, com um momento de máximo significado na década anterior, durante a qual provocou mesmo a diminuição do número total de residentes. O volume de entradas no país nunca conseguiu alterar o sentido negativo dos saldos migratórios nacionais, que assim se mantiveram ao longo da centúria, com três momentos de excepção.¹¹ **(Quadro 4)** Nos últimos anos os saldos migratórios conseguiram travar a tendência de diminuição acelerada da faixa interior do país, à excepção de Trás-os-Montes e Viseu. A moderação de crescimento é explicada pelo declínio sustentado da fecundidade e sucessivas alterações nos valores e sentido dos fenómenos migratórios. Na década de 90 a taxa de crescimento anual média, estimada em 0,49%, é modesta, embora superior à observada na década precedente, e quase integralmente explicada pela imigração.¹² Dos 10,4 milhões recenseados no início do novo século XXI, cerca de 5% possuem outras nacionalidades, que não a portuguesa.

Quadro 4 – Saldos migratórios em Portugal no século XX

Períodos Intercensitários	Total
1900 – 1911	-222 098
1911 – 1920	-356 233
1920 – 1930	- 8 177
1930 – 1940	64 720

¹¹ Referimo-nos ao período inter censitário que inclui a Segunda Guerra Mundial, bem como à década de 70, devida ao retorno em massa de portugueses e alguns africanos das ex-colónias, e à segunda metade de 90. Porém, nem essas chegadas conseguiram inverter a tendência de desertificação progressiva de algumas zonas de Portugal, onde era mais intensa a emigração além fronteiras (Europa sobretudo), nos quais se continuou a efectuar a deslocação de famílias inteiras para o litoral e para os grandes centros urbanos (inclui-se neste grupo toda a faixa interior do país, a que devemos juntar Viana do Castelo e as ilhas da Madeira e dos Açores.)

¹² Aliás, nos primeiros anos da década de 90 as informações recolhidas apontavam para uma diminuição de 0,02% no número total de residentes, que terá sido anulada e invertida no segundo quinquénio.



1940 – 1950	-133 315
1950 – 1960	-685 304
1960 – 1970	-1 302 524
1970 – 1981	1 184 645
1981 – 1991	-334 656
1991 – 2001	406 858
2001 - 2005	184401

FONTE: *Estatísticas Demográficas*, 1968, LXX; *XIª a XIVª Recenseamento Geral da População Portuguesa*, 1970, 1981, 1991 e 2001

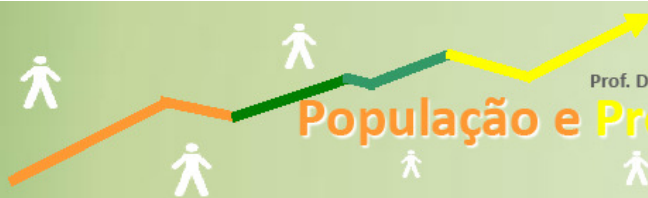
A população portuguesa envelheceu (**Quadro 5**). No início do século por cada português com 65 ou mais anos existiam perto de 6 jovens, com idade inferior a 15 anos. Em 1950 essa relação estabelecia-se em 1 idoso por cada 4 jovens, mas a partir dos anos 60 as mudanças foram muito rápidas, tendo-se invertido durante os anos 90 a relação de forças tradicional entre os dois grupos etários extremos. De 1960 a 2006¹³, a proporção de jovens desceu de 29,1% para 15,5% e os idosos aumentaram de 8% para 17,3%, o que significa a existência de 112 idosos por cada 100 jovens em 2005. Temos hoje cerca de mais 150 mil indivíduos com 65 ou mais anos, que menores de 15. O Alentejo possui a maior percentagem de idosos (185 por cada 100 jovens em 2006), sendo na Região Autónoma dos Açores que se encontra o valor mais baixo (64 idosos por cada 100 jovens).¹⁴ O fenómeno do envelhecimento reproduz em termos geográficos a dicotomia entre zonas economicamente mais atractivas e zonas repulsivas.¹⁵ Obedece também a uma repartição geográfica diferenciada. No mapa nacional, o interior apresenta uma mancha envelhecida, sendo o norte e ilhas as regiões mais jovens. A par da diferença rural/urbano existe uma diferença de género. As mulheres idosas têm uma maior propensão para morar em regiões rurais, provocando um desequilíbrio na distribuição idade/sexo. Os idosos são mais e vivem cada vez até mais tarde. A esperança média de vida à nascença aumentou cerca de 13 anos para os homens e 15 anos para as mulheres entre 1960 a 2006. O fenómeno é real e põe em causa muitas das vivências sociais que se julgavam definitiva e globalmente controladas.

As tendências médias nacionais escondem a realidade demográfica local, já que várias regiões do país registam desde meados dos anos 80 descidas, em certos casos intensas, no

¹³ INE, 2007 (www.ine.pt)

¹⁴ CARRILHO, 2008: 139.

¹⁵ RODRIGUES, 1995: 99.



número de residentes, que nem as alterações da última década conseguiram inverter. Esta nova realidade local contrastante, acentua-se no decurso dos anos 80 e 90. O fenómeno de duplo envelhecimento decorre de níveis baixos de fecundidade e descendências médias que desde 1982 deixaram de assegurar a substituição das gerações, e do prolongamento da vida até idades muito avançadas. A esperança média de vida à nascença cifra-se hoje em Portugal nos 75 anos para os homens e em 81 para as mulheres.¹⁶ Outro bom indicador do rápido envelhecimento demográfico das gentes portuguesas consiste no facto do número de indivíduos com 75 e mais anos quase igualar hoje o total de idosos mais jovens. Estes últimos aproximam-se rapidamente dos primeiros, tendo o seu número triplicado desde 1960.¹⁷

Quadro 5 – A população portuguesa por grandes grupos etários (em %)

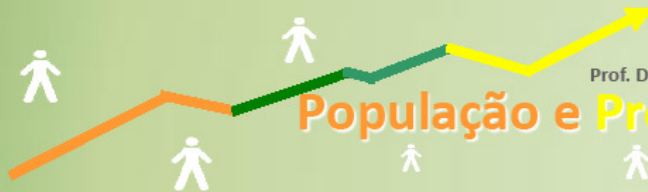
ANOS	0 - 14	65 +
1900	33.7	5.9
1911	34.3	6.1
1920	32.6	6.4
1930	31.9	6.4
1940	32.0	6.8
1950	29.6	7.0
1960	29.2	8.0
1970	28.5	9.7
1981	25.5	11.4
1991	20.2	13.6
1995	18.0	14.4
1998	16.7	15.3
2001	16.0	16.4
2006	15.5	17.3

FONTE: IV^o a XIV^o Recenseamentos Gerais da População Portuguesa, 1901- 2002. Estimativas da População para 31/XI/2006

Com efeito, o processo de travagem de crescimento demográfico dos portugueses foi acompanhado pelo fenómeno de envelhecimento, mais evidente em zonas debilitadas por movimentos simultâneos de declínio de fecundidade e volumes significativos de emigração e/ou migrações para outras zonas, nomeadamente para o litoral e para os centros urbanos. O fenómeno do envelhecimento reproduz em termos geográficos a dicotomia entre zonas economicamente atractivas e zonas repulsivas, o que nos leva a tentar avaliar a importância

¹⁶ INE, *Indicadores Demográficos* (www.ine.pt).

¹⁷ Hoje 42% da população idosa em Portugal é bastante idosa, dos quais um terço do sexo masculino e os restantes dois terços do feminino. A população com 65 a 74 anos representa 9,6% do total; a com 75 e + anos representa 6,9%..

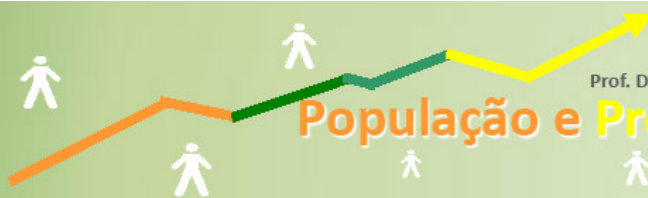


dos movimentos migratórios no processo de envelhecimento demográfico nacional. Existem razões para que os concelhos portugueses mais jovens em termos etários se situem na Área Metropolitana de Lisboa e no Grande Porto.¹⁸ Uma vez que o migrante tipo é jovem, a sua transferência provoca desde logo um rejuvenescimento nas zonas de fixação e, ao invés, o envelhecimento dos locais donde provém. Essa foi a vantagem do litoral português, que na 2ª metade do século XX passou a crescer parcialmente à custa do interior. É clara a diferença entre os concelhos da faixa litoral e os restantes, sobretudo quando nestes últimos predominam actividades económicas ligadas à terra e problemas de acessibilidade. Em 2006 nos concelhos de Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão cerca de metade da população ultrapassa os 65. As zonas mais agravadas em todo este processo foram Bragança e Vila Real, bem como a faixa interior que inclui as áreas de influência das cidades de Viseu, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja.¹⁹ Além disso, os migrantes são maioritariamente indivíduos em idade fecunda, pelo que a sua mudança geográfica tem custos e benefícios ao nível da fecundidade nos locais de saída e de chegada, respectivamente. Mas a partir de meados do século XX, sobretudo nos últimos 35 anos, a descida do número médio de filhos por mulher provocou de *per si* o estreitamento da base da pirâmide etária portuguesa. Em simultâneo, o prolongamento da esperança média de vida fomentou a representatividade dos escalões etários superiores. O fenómeno de envelhecimento demográfico português só assume proporções significativas no final dos anos 80. As unidades administrativas que possuem maior percentagem de idosos continuam, como tradicionalmente, a localizar-se no sul e interior do país, embora com algumas diversidades locais, que penalizam aldeias e vilas em detrimento de cidades, bem como concelhos mais isolados. Na Guarda, tal como em Castelo Branco, Portalegre e Beja, o número de idosos suplanta há mais de duas décadas o de jovens.²⁰ Por seu turno, o Grande Porto (antigos distritos de Braga, Porto e Aveiro) e Setúbal apresentam valores mínimos.

¹⁸ Caso de Paços de Ferreira, Vizela ou Paredes, onde a população idosa representa menos de 8% do total de recenseados.

¹⁹ Cf., a este propósito, MOREIRA, 2001.

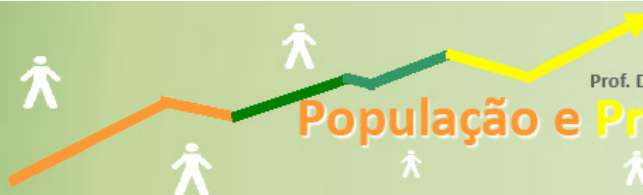
²⁰ MOREIRA, 1998: 107-122.



2. A diversidade regional

Grande parte das considerações que acabámos de tecer só ganham expressividade quando analisadas à escala regional. Todavia, a complexidade dessa realidade implica uma abordagem que considere as dinâmicas de evolução, o sistema urbano nacional, as diferenças no ordenamento do território e a existência eventual de grupos homogéneos de concelhos. Um primeiro indicador da forma como cada parte do território terá contribuído para os ritmos médios de evolução demográfica consiste em verificar, nos vários momentos censitários, o seu peso populacional face ao total.²¹ **(Quadro 6)** Até 1911 as alterações foram pontuais, embora desde meados do século XIX cinco distritos do norte interior iniciem um processo de declínio percentual do qual nunca voltarão a recuperar. **(Quadro 7)** Referimo-nos a toda a província de Trás-os-Montes (Bragança e Vila Real), a Viseu, à Guarda e a Coimbra. (ZONA 1) Para além dessa mancha geográfica contínua, diminui também gradualmente o peso de Viana do Castelo. Ainda a norte, os distritos de Braga e Aveiro foram afectados na sua dinâmica pela intensidade da emigração, sobretudo nas primeiras décadas da centúria, muito embora apresentassem alguns dos maiores saldos fisiológicos nacionais. (ZONA 2) O primeiro iniciou o seu processo de recuperação a partir dos anos 30, e o segundo na década imediata. Por seu turno, até 1950 o Alentejo manteve uma certa vitalidade, explicável pelo seu relativo afastamento das rotas tradicionais de emigração, apesar das migrações internas, designadamente para os concelhos da margem sul do Tejo e para Lisboa restringirem o seu potencial crescimento. (ZONA 3) Mas a partir de meados do século esta região começa a perder importância demográfica, agregando-se-lhe o distrito da Castelo Branco. Ao longo dos últimos cem anos a grande constante que encontramos na realidade portuguesa esteve ligada ao contínuo aumento da concentração populacional em torno do Porto e de Lisboa, à qual se deve juntar a mancha territorial que virá a ser o distrito de Setúbal, criado em 1926, e de certa forma também, o de Santarém, embora este último perca alguma vitalidade após 1930. (ZONA 4) Nos três primeiros residiam 29% dos portugueses continentais em 1900, 33% em 1950, 47% em 1991. Na

²¹ Utilizamos o critério de agregação dos dados por distrito, já utilizado por RODRIGUES, 1998: 144-146.



actualidade, mais de metade dos residentes nacionais está fixado nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. As estimativas de 2006 confirmam as tendências anteriores, pese embora alguma recuperação das Zonas 1 e 2. No primeiro caso o saldo populacional continua negativo (- 14553), enquanto a Zona 2 ganha 26611 residentes. A área do interior centro e sul continua a perder população (menos 21078 habitantes face a 2001) e importância percentual. O mesmo acontece com a Zona 4, a qual perde percentagem, embora ganhe 174039 novos habitantes.

QUADRO 6 – Evolução percentual dos distritos portugueses no século XX e inícios de XXI

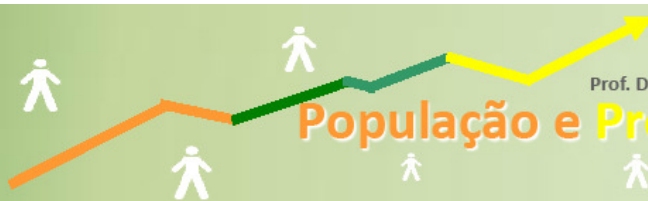
Distritos	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2005
Aveiro	5.6	5.7	5.7	5.7	5.6	5.7	5.9	6.3	6.3	6.6	6.9	6,9
Beja	3.0	3.2	3.3	3.6	3.6	3.4	3.1	2.4	1.9	1.7	1.6	1,5
Braga	6.6	6.4	6.2	6.1	6.3	6.4	6.7	7.1	7.2	7.6	8.2	8,1
Bragança	3.4	3.2	2.8	2.7	2.8	2.7	2.6	2.1	1.9	1.6	1.4	1,4
C.Branco	4.0	4.1	4.0	3.9	3.9	3.8	3.6	3.0	2.4	2.2	2.0	1,9
Coimbra	6.1	6.1	5.9	5.5	5.4	5.2	4.9	4.7	4.4	4.3	4.3	4,1
Évora	2.4	2.5	2.6	4.6	2.7	2.6	2.5	2.1	1.8	1.8	1.7	1,6
Faro	4.7	4.6	4.5	4.3	4.1	3.9	3.5	3.1	3.3	3.5	3.8	3,9
Guarda	4.8	4.6	4.3	3.8	3.8	3.6	3.2	2.5	2.1	1.9	1.7	1,7
Leiria	4.4	4.5	4.7	4.5	4.6	4.7	4.6	4.4	4.3	4.3	4.4	4,5
Lisboa	13.1	11.4	12.2	13.3	13.6	14.4	15.6	18.3	21.0	20.8	20.6	21,0
Portalegre	2.3	2.4	2.5	2.4	2.4	2.4	2.1	1.7	1.5	1.4	1.2	1,1
Porto	11.0	11.3	11.6	12.0	12.1	12.4	13.4	15.2	15.9	16.6	17.1	17,1
Santarém	5.2	5.4	5.5	5.6	5.5	5.4	5.2	5.0	4.6	4.5	4.4	4,4
Setúbal	(2.5)	(2.8)	(3.1)	3.4	3.5	3.8	4.2	5.4	6.7	7.2	7.6	7,9
Viana C.	4.0	3.9	3.8	3.4	3.4	3.3	3.1	2.9	2.6	2.5	2.4	2,4
Vila Real	4.5	4.1	3.9	3.8	3.8	3.8	3.7	3.1	2.7	2.4	2.2	2,1
Viseu	7.4	7.0	6.8	6.5	6.0	5.8	5.4	4.8	4.3	4.1	3.8	3,7
Continente	92.5	93.1	93.2	93.1	93.1	93.1	93.3	93.8	95.0	95.0	95.3	95,4
Ilhas	7.5	6.9	6.8	6.9	6.9	6.9	6.7	6.2	5.0	5.0	4.7	4,6
Portugal	100.	100.	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.

FONTE: *Estatísticas Demográficas*, 1968, p. LXX e XI^o a XIV^o Recenseamento Geral da População Portuguesa, 1970,1981,1991 e 2001. Estimativas da População para 31/XI/2005

QUADRO 7 – População recenseada nas diferentes zonas consideradas (1900-2005)(%)

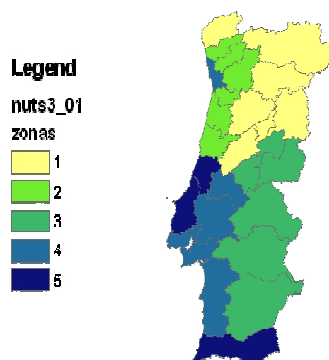
	1900	1950	2001	2005
Zona 1	26.2	21.1	13.4	13,5
Zona 2	12.2	12.1	15.1	15,7
Zona 3	11.7	12.2	6.5	6,4
Zona 4	31.8	36.0	49.7	48,3
Sem tendência aparente	18.1	18.6	15.3	16,1
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100,0

FONTE: Elaboração própria



Conforme pudemos concluir, na 2ª metade da centúria ocorrem mudanças inéditas na história demográfica portuguesa. Enquanto a ZONA 4 continua a crescer e a ZONA 2, que lhe é contígua, recupera, o grupo de distritos da ZONA 1, que já vinha a perder peso relativo, sofre descidas acentuadas, muito rápidas após 1970, no que começam a ser acompanhados pela ZONA 3. Está assim encontrado o novo sentido de diversidade, que substitui as tradicionais diferenças entre distritos do norte e distritos do sul, à oposição entre distritos da faixa litoral e distritos do interior. **(Figura 1)** Ao incentivarem deslocações para áreas económicas mais atractivas, as migrações internas e externas aceleraram o abandono dos campos.²² Em simultâneo, fomentaram o crescimento, por vezes desordenado, dos concelhos próximos às grandes cidades, consubstanciado na formação das Áreas Metropolitanas.²³ Este processo levou à desertificação rápida do interior, mais acentuada nos locais de saída dupla, para fora do país e para as cidades e litoral, o que explica a razão pela qual no último decénio o processo de desertificação foi contrariado pela convergência em torno das vilas e cidades. O estudo da evolução do tecido urbano português permitiu verificar que, apesar do processo de litoralização, em quase todas as regiões os núcleos detentores de funções urbanas cresceram ou apresentaram perdas inferiores às registadas nos aglomerados de menor dimensão.²⁴ Esta conclusão é válida mesmo nos casos que já se encontravam em processo de declínio de importância relativa.

Figura 1 – População recenseada nas diferentes zonas consideradas (1900-2005) (%)

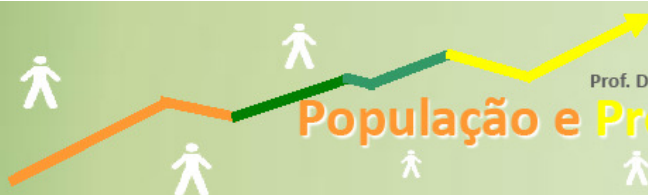


FONTE: Elaboração própria

²² Estudos realizados neste âmbito permitem estimar em cerca de 80 por cento a percentagem de migrantes que trocam as zonas rurais, onde residiam, por centros urbanos. Só 20 por cento efectuam deslocações entre dois centros urbanos. (cf. PINTO e RODRIGUES, 1996^a: 561-565)

²³ RODRIGUES e BAPTISTA, 1996: 75-122.

²⁴ Partimos do pressuposto metodológico que, no panorama português, todos os aglomerados com dois mil ou mais residentes possuíam já algumas infra-estruturas capazes de fixar os seus residentes. (PINTO e RODRIGUES, 1996b: 44-53)



Quadro 8 – Taxas de crescimento anual médio da população portuguesa (1890-2001)

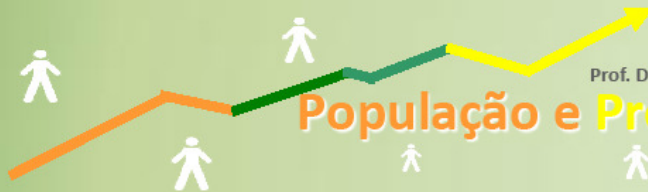
Distritos	1890-00	1900-11	1911-20	1920-30	1930-40	1940-50	1950-60	1960-70	1970-81	1981-91	1991-01
Aveiro	0.47	0.98	0.22	1.23	1.01	1.10	0.82	0.44	1.17	0.49	0.88
Beja	0.34	1.53	0.46	1.81	1.38	0.45	-0.50	-2.97	-0.76	-1.06	-0.50
Braga	0.51	0.61	-0.15	0.91	1.65	1.14	0.88	0.27	1.33	0.54	1.25
Bragança	0.25	0.36	-1.34	0.95	1.34	0.67	0.22	-2.58	0.22	-1.54	-0.59
C.Branco	0.52	1.05	-0.09	0.83	1.51	0.64	-0.25	-2.12	-0.79	-0.86	-0.32
Coimbra	0.33	0.74	-0.24	0.46	0.98	0.54	-0.12	-0.78	0.77	-0.20	0.31
Évora	0.58	1.39	0.43	1.39	1.61	0.55	-0.09	-2.06	0.09	-0.37	-0.01
Faro	1.12	0.64	-0.22	0.89	0.78	0.27	-0.42	-1.58	1.71	0.54	1.49
Guarda	0.49	0.33	-0.62	0.00	1.31	0.40	-0.85	-2.76	-0.34	-0.88	-0.45
Leiria	0.97	0.99	0.53	0.89	1.46	1.01	0.21	-0.64	0.93	0.14	0.76
Lisboa	1.33	1.76	1.03	0.29	1.56	1.49	1.24	1.32	2.50	-0.10	0.40
Portalegre	0.92	1.19	0.54	0.90	1.36	0.59	-0.61	-2.53	-0.19	-0.63	-0.55
Porto	0.86	1.18	0.42	1.32	1.56	1.14	1.25	0.96	1.60	0.50	0.74
Santarém	1.06	1.16	0.47	1.21	1.20	0.77	0.03	-0.69	0.48	-0.21	0.22
Setúbal	-	-	-	-	1.50	1.89	1.48	2.18	3.15	0.80	1.03
V. Castelo	0.23	0.53	-0.07	0.12	1.15	0.68	-0.06	-1.00	0.20	-0.27	0.01
Vila Real	0.08	0.19	-0.50	0.86	1.30	0.93	0.18	-1.95	-0.09	-1.12	-0.55
Viseu	0.28	0.26	-0.30	0.72	0.60	0.53	-0.25	-1.53	0.22	-0.53	-0.18
Continente	0.67	0.94	0.16	1.12	1.32	0.93	0.46	-0.22	1.29	0.04	0.52
Açores	0.05	-0.50	-0.54	0.99	1.17	1.05	0.28	-1.24	-1.55	-0.23	0.17
Madeira	1.15	1.13	0.65	1.65	1.62	0.79	-0.30	-0.69	0.06	0.02	-0.33
PORTUGAL	0.65	0.88	0.15	1.13	1.32	0.93	0.44	-0.27	1.17	0.03	0.49

FONTE: Elaboração própria

Quadro 9 – Taxas de Migração Total intercensitária (1891-2001) (‰)

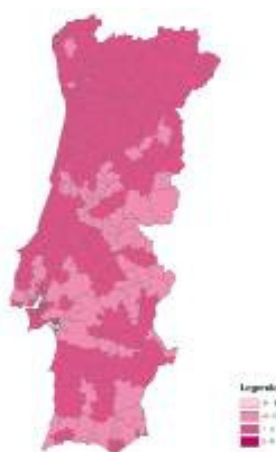
Distritos	1891-1900	1901-1911	1912-1920	1921-1930	1931-1940	1941-1950	1951-1960	1961-1970	1971-1981	1981-1991	1991-2000
Aveiro	-1.5	-1.5	-2.0	-1.2	-0.6	-1.1	-1.8	-2.9	-0.7	-0.2	5.6
Beja	-0.8	0.2	-1.8	0.8	-0.1	-1.6	-4.1	-9.1	-2.4	-2.1	1.7
Braga	-1.1	-1.2	-2.3	-1.1	-0.3	-1.1	-2.9	-4.8	-0.2	-1.0	6.2
Bragança	-1.6	-2.1	-4.8	-1.2	0.1	-1.7	-3.7	-9.6	-0.7	-4.1	-1.2
C. Branco	-1.3	-1.2	-2.5	-1.1	-0.6	-1.5	-3.6	-5.5	-2.3	-1.5	3.2
Coimbra	-1.6	-1.0	-2.2	-0.5	-0.7	-0.8	-2.2	-4.1	0.3	-0.7	5.2
Évora	-0.1	0.3	-1.6	0.4	0.0	-1.1	-2.6	-7.5	-0.8	-0.8	3.4
Faro	-0.5	-2.3	-3.3	-0.4	-1.1	-1.2	-2.7	-5.0	3.9	1.3	16.2
Guarda	-1.0	-2.0	-3.7	-1.8	-0.8	-2.2	-5.3	-8.8	-1.1	-1.8	1.5
Leiria	-0.5	-1.5	-0.9	-0.9	-0.5	-0.8	-2.5	-4.3	1.2	-0.3	7.6
Lisboa	2.7	1.7	1.5	3.7	3.5	2.9	1.8	0.9	4.3	-0.9	3.0
Portalegre	0.9	-0.3	-1.3	-0.2	-0.3	-0.9	-3.7	-7.6	-0.6	-0.9	0.7
Porto	-0.1	0.0	-0.8	0.3	0.7	0.1	-1.0	-2.1	1.1	-0.6	2.6
Santarém	-0.6	-0.2	-2.1	-0.4	-0.2	-0.8	-2.0	-3.6	0.5	-0.5	5.5
Setúbal	-	-	-	-	0.5	2.2	1.5	3.4	7.1	0.9	8.5
Viana do C.	-0.8	-1.1	-1.7	-1.4	-1.1	-1.4	-3.3	-5.5	-1.1	-1.1	2.3
Vila Real	-1.3	-2.4	-2.3	-1.6	0.0	-1.1	-3.8	-8.8	-2.3	-3.6	-3.2
Viseu	-1.7	-2.0	-2.9	-1.7	-1.2	-2.0	-3.9	-7.0	-1.2	-2.1	-0.5
Continente	-0.4	-0.7	-1.6	0.0	0.3	-0.3	-1.8	-3.5	3.5	-0.8	4.3
Açores		-3.6	-3.0	0.1	0.1	-1.0	-3.7	-7.3	-7.0	-2.5	5.1
Madeira		-1.4	-1.8	-0.4	-0.6	-1.9	-4.6	-6.5	-2.7	-1.4	-6.2
PORTUGAL		-0.9	-1.6	0.0	0.2	-0.4	-2.0	-3.7	3.2	-0.8	4.2

FONTE: Elaboração própria



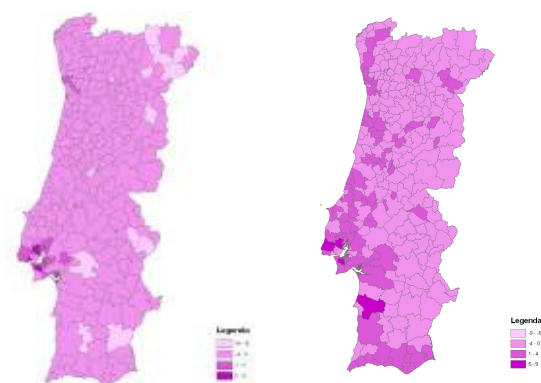
Podemos fazer recuar aos anos 30 o início do processo de litoralização, a partir do qual os pólos económicos mais dinâmicos de Lisboa, Setúbal e Porto registaram aumentos muito significativos, que excedem os saldos naturais. **(Quadros 8 e 9, Figura 2)** As diferenças entre litoral e interior e cidade e campo acentuaram-se na década imediata. Já então o crescimento de vários distritos do interior e das ilhas era bastante inferior ao possível com base no saldo fisiológico. Os saldos migratórios de sinal negativo evidenciam-se no período subsequente e entre 1950 e 1960 menos de metade dos distritos aumentou, embora o número de nascimentos suplantasse o de óbitos em todos eles, tanto mais que os níveis de mortalidade estavam também a declinar. **(Figura 3)** O processo de bipolarização em torno de Lisboa e Porto tornou-se cada vez mais vincado. Aliás, na década de 60 apenas cinco distritos viram crescer o número de residentes, dos quais os dois anteriores e três contíguos: Braga, Aveiro e Setúbal. No resto do país o declínio foi geral, com valores negativos muito elevados de norte a sul ao longo de uma faixa interna. As causas são conhecidas: por um lado a emigração atingiu níveis muito elevados e generalizou-se a todo o território; por outro, reduziram-se os ritmos de crescimento natural, à medida que a natalidade descia mais que a mortalidade.

Figura 2 – Taxa de Crescimento Natural da População (1960-70)



FONTE: Elaboração própria

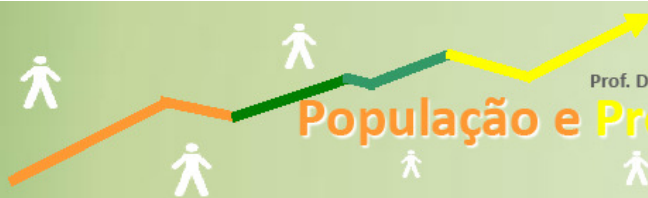
Figura 3 – Taxa de Crescimento Migratório da População (1960-70 e 1970-81)



FONTE: Elaboração própria

Nos anos 70 a situação inverteu-se pontualmente, porque o retorno das ex-colónias e a descida do número de emigrantes da Europa e das Américas conseguiram em certos casos alterar a tendência negativa dos saldos migratórios e mesmo compensar a descida progressiva dos saldos naturais. Toda a faixa litoral aumentou, sobretudo os distritos do Porto, Lisboa, Setúbal e Faro. **(Figura 3)** O primeiro sai vitorioso da junção de crescimentos migratórios e naturais elevados.²⁵ Os restantes beneficiaram de saldos migratórios muito positivos. A população continuou a declinar no extremo norte (Viana do Castelo e Trás os Montes), na Beira Interior (Guarda e Castelo Branco) e no Alto e Baixo Alentejo (Portalegre e Beja). Nestas zonas verificava-se um duplo processo de abandono, causado pela transferência de famílias inteiras e com carácter definitivo e pelo rápido envelhecimento das populações residentes. Tornaram-se locais sem capacidade de recuperação, onde nasciam cada vez menos crianças. O litoral crescia à custa do interior. A partir da década de 80 reduziu-se a importância da emigração enquanto factor explicativo da diversidade local e o mesmo aconteceu, como já vimos, em termos de fecundidade e mortalidade. As cidades e vilas litorais continuam a atrair gente do interior, mas as grandes beneficiárias deixam de ser os concelhos de Lisboa e Porto, substituídos pelas áreas circundantes de Braga e Aveiro a

²⁵ O Porto era, juntamente com Braga, um distrito muito dinâmico em termos fisiológicos.



norte e Setúbal.²⁶ Estes são também, em conjunto com Faro, as superfícies preferenciais de fixação de imigrantes, o que lhes garante uma dinâmica demográfica acrescida, de alcance já evidente.²⁷ A evolução recente da população portuguesa faz-nos perceber um território que, nas últimas três décadas vira acelerar o processo de desertificação do interior, embora este já se manifestasse em épocas anteriores. O fenómeno foi primeiro sentido em aldeias e vilas, mas estende-se progressivamente a alguns centros urbanos. As migrações internas assumiram uma importância crescente na evolução demográfica portuguesa e justificam grande parte das assimetrias encontradas no território. No entanto, os centros urbanos perderam menos população que os rurais. É nítida a forma como, apesar da relativa estagnação populacional que marca os anos 80 e parte dos de 90, os aglomerados com mais de 2 mil habitantes registam um aumento significativo, por vezes o único positivo em toda a região, como aconteceu em Viana do Castelo e no Alentejo.

Assim, as desigualdades internas acentuaram-se no passado próximo, quase só em função da capacidade atractiva de cada zona. Prossegue o abandono do interior, que provoca ritmos intensos de declínio populacional em regiões como o Alto Trás-os-Montes e o Douro Interior. Todo o Alentejo perde população (2,5% entre 1991 e 2001), excepto alguns concelhos urbanos e/ou do litoral.²⁸ O mesmo princípio é válido no caso algarvio. Essa é a região que mais cresce, mas as suas áreas agrícolas e montanhosas perdem efectivos²⁹, enquanto Albufeira, São Brás de Alportel, Loulé e Vila Real de Santo António apresentam variações muito positivas.³⁰ Entre 1981 e 1991 observou-se pela primeira vez o declínio dos concelhos de Lisboa e Porto, que persiste até hoje, reflectindo o processo de terciarização do tecido urbano nos centros das grandes cidades e a transferência dos residentes para concelhos limítrofes, pertencentes às Áreas Metropolitanas.³¹ No panorama insular as diferenças também existem, com a Madeira a diminuir 3,3% nos últimos dez anos, enquanto os Açores recuperam parte da dinâmica perdida nos anos 80. **(Figura 4)**

²⁶ BAPTISTA, 1994: 53-77.

²⁷ Cf. PINTO e RODRIGUES, 2002: 179-203.

²⁸ Vendas Novas, Sines, Grândola e Évora são os concelhos mais dinâmicos.

²⁹ São eles os concelhos de Alcoutim, Vila do Bispo, Monchique e Castro Marim.

³⁰ Albufeira é o concelho que mais cresce em todo o país (50,6%).

³¹ O concelho do Porto decresce 13,0% e o de Lisboa 14,9%.

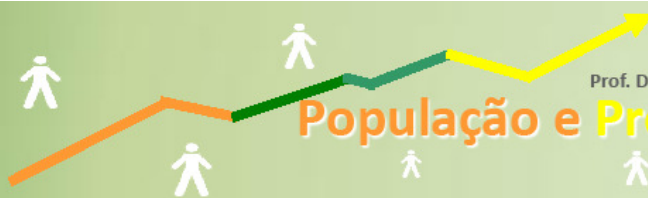
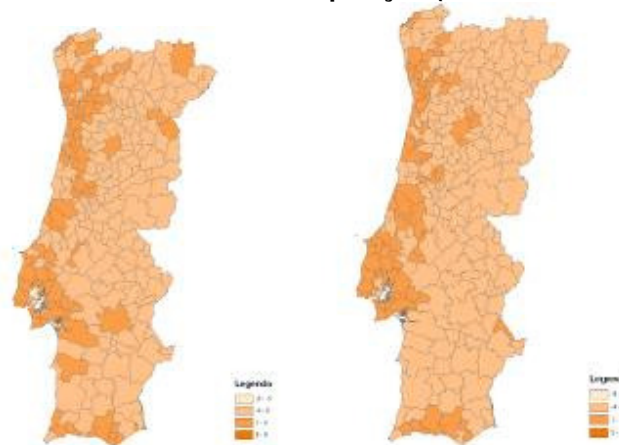


Figura 4 – Taxa de Crescimento Anual Médio da População (1991-2001 e 2001-2005)



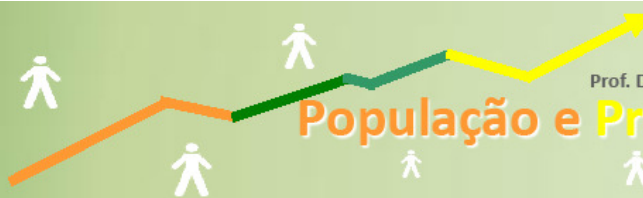
FONTE: Elaboração própria

QUADRO 9 – Saldos naturais e migratórios em Portugal, por distritos (1991-2001)

Distritos	População 1991	População 2001	Saldo Total	Saldo Natural	Saldo Migratório
Aveiro	654265	713578	59313	21046	38267
Beja	169438	161211	-8227	-11105	2878
Braga	748192	846354	98162	48490	49672
Bragança	157809	148808	-9001	-7233	-1768
C.Branco	214853	208069	-6784	-13451	6667
Coimbra	427839	441245	13406	-8999	22405
Évora	173654	173408	-246	-6280	5962
Faro	341404	395208	53804	-6120	59924
Guarda	188165	179963	-8202	-10991	2789
Leiria	426152	459450	33298	-230	33528
Lisboa	2052787	2136002	83215	19534	63681
Portalegre	134169	127018	-7151	-8075	924
Porto	1641501	1766840	125339	80569	44770
Santarém	444880	454506	9626	-15264	24890
Setúbal	712594	788459	75865	8953	66912
V.do Castelo	250059	250273	214	-5472	5686
Vila Real	236294	223731	-12563	-5298	-7265
Viseu	401871	394927	-6944	-4924	-2020
Continente	9375926	9869050	493124	74706	418418
Açores	237795	241762	3967	-8272	12239
Madeira	253427	245012	-8415	6938	-15353
PORTUGAL	9867147	10355824	488677	73372	415304

FONTE: *Estatísticas Demográficas*, 1968, p.LXX e XI^o a XIV^o Recenseamento Geral da População Portuguesa, 1970,1981,1991, 2001; Estimativas da População para 31/XII/2005

Num contexto pouco favorável ao aumento do número de portugueses, se apenas baseado na relação entre volumes de nascimentos e óbitos (**QUADRO 9**), o devir de cada região e as suas respectivas potencialidades parecem estar dependentes da intensidade e direcção das migrações. O papel fundamental que durante muitas décadas pertenceu à emigração passa para outras vertentes migratórias, designadamente para as migrações



internas e para a imigração. O processo de crescimento populacional nos anos 90 é devido ao contributo positivo dos saldos migratórios, mas estes ou não existem ou são insuficientes para travar a descida do número de residentes no interior do país. Só uma política racional e de incentivos diversos conseguirá, porventura, criar as condições necessárias para travar o processo de declínio da fecundidade e contribuir para travar o contínuo de saídas de população jovem em idade activa de certas regiões, viabilizando uma redistribuição mais harmoniosa da população no território e garantindo deste modo um melhor futuro.

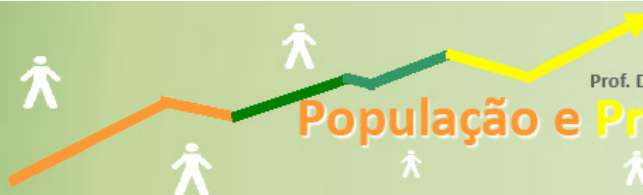
Figura 5 – Taxa de Crescimento Natural da População (1991-2001)



FONTE: Elaboração Própria

QUADRO 10 – Dinâmica da população portuguesa no início do século XXI, por distritos

	2001	2005	Saldo Total
Portugal	10355824	10.569.592	213.768
Continente	9869050	10.082.154	213.104
Aveiro	713578	730.372	16.794
Beja	161211	155.254	-5.957
Braga	846354	856.171	9.817
Bragança	148808	144.467	-4.341
Castelo Branco	208069	201.983	-6.086
Coimbra	441245	437.086	-4.159
Évora	173408	170.810	-2.598
Faro	395208	416.847	21.639
Guarda	179963	175.090	-4.873
Leiria	459450	475.662	16.212
Lisboa	2136002	2.215.319	79.317
Portalegre	127018	120.581	-6.437
Porto	1766840	1.812.325	45.485
Santarém	454506	464.740	10.234
Setúbal	788459	837.696	49.237

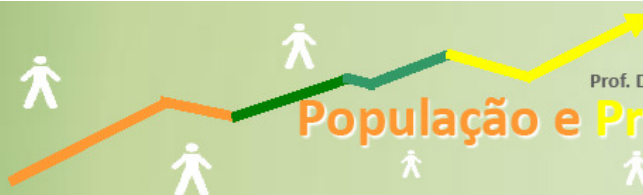


Viana do Castelo	250273	252.272	1.999
Vila Real	223731	220.172	-3.559
Viseu	394927	395.307	380
R.A. Açores	241762	242.241	479
R.A. Madeira	245012	245.197	185

FONTE: XIII^o e XIV^o Recenseamento Geral da População Portuguesa, 1991, 2001

2.1. O Sistema urbano

Em 1900 eram poucos os centros urbanos de média dimensão e só um décimo da população vivia em núcleos com funções urbanas, apesar do arranque verificado na 2^a metade de Oitocentos. Este facto resulta de várias condicionantes de foro político-administrativo e sobretudo económico, que entravaram o desejável e possível processo de evolução da frágil rede urbana nacional. O **Quadro 11** apresenta o número de centros urbanos e a percentagem de população urbana em relação à população total nos centros com mais de 5, 10 e 20 mil habitantes, ou seja, o nível de urbanização português. Os valores provam a lentidão do crescimento da população nos aglomerados de mais de 5 mil habitantes. Todavia, na passagem para o século XXI o seu aumento foi expressivo. Nos centros que podemos considerar com dimensões que implicam características urbanas (+ de 10 000 residentes) este valor situa-se em 37,7%. Em meados do século os centros com mais de 10 mil habitantes ainda não chegavam a albergar um quinto da população portuguesa, o que revela a diminuta vitalidade das pequenas cidades e demonstra a incapacidade de criar um tecido urbano de média dimensão, quer em períodos de forte crescimento populacional, como o que decorre entre 1911 e 1940, quer em períodos influenciados pelo êxodo populacional, como globalmente pode ser considerado o período de 1940 a 1970. No entanto, nos dois últimos decénios do século XX esta realidade parece ter sofrido alguma inflexão, mas, como se sabe através dos ritmos de crescimento concelhios entre 1981 e 1991, a percentagem de 15% obtida para a população a residir em núcleos entre 5 e 10 mil habitantes revela a desertificação do mundo rural, acentuada no início do século XXI.



Quadro 11 - Nível de Urbanização em Portugal (população urbana/população total)

%	189 0	190 0	191 1	192 0	193 0	194 0	195 0	196 0	197 0	198 1	199 1	200 1
+5000	14.9	16.2	17.3	18.1	20.8	22.0	24.2	26.9	30.1	34.6	39.4	45,4
+10000	11.3	12.4	13.1	14.2	16.2	17.4	19.3	22.3	26.5	29.7	33.2	37,7
+20000	9.1	10.1	11.5	11.9	13.9	14.9	16.2	17.7	20.4	23.4	24.5	28,1

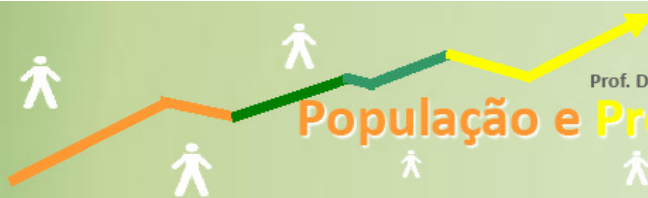
FONTE: XIII^o a XIV^o Recenseamento Geral da População Portuguesa 1991, 2001

Quadro 12 - Número de Centros Urbanos segundo o total de Habitantes

milhares	189 0	190 0	191 1	192 0	193 0	194 0	195 0	196 0	197 0	198 1	199 1	200 1
5-10000	27	27	33	31	42	45	53	50	38	65	81	50
10-20000	8	9	6	10	11	15	20	30	39	43	61	41
+20000	3	3	5	3	6	8	12	16	22	35	39	50

FONTE: XIII^o a XIV^o Recenseamento Geral da População Portuguesa; Atlas das Cidades de Portugal, vol.II, INE, 2004

A maioria dos centros pertence aos limiares mais baixos. No caso das cidades com mais de 20 mil habitantes será possível vislumbrar dimensões médias acima deste patamar, o que é causado logo à partida e ao longo de todo o período considerado, pelas cidades de Lisboa e Porto, que implicam a subida da média. A leitura destes valores prova também que a percentagem de população a residir em centros com mais de 20 mil habitantes constituiu, ao longo do século, sempre mais de metade do total de população urbana, explicada pela macrocefalia da cidade de Lisboa e em parte também pela do Porto. O **Quadro 12** permite verificar quantos centros urbanos se situam entre cada um dos patamares populacionais considerados. Em primeiro lugar nota-se uma relativa flutuação do número de centros com 5 a 10 mil residentes, coincidentes com os ritmos médios de crescimento da população portuguesa. Os períodos de menor crescimento ou de perdas populacionais, correspondentes às épocas de grandes fluxos emigratórios, originam a diminuição dos pequenos centros. Ou seja, mesmo quando a dimensão populacional já implica alguma estrutura urbana, esta não é capaz de impedir as saídas, fazendo com que muitos desses núcleos deixem de possuir os valores mínimos exigidos, fenómeno frequente nos períodos de 1911/20 e 1950/70, particularmente acentuado em 60. As pequenas cidades com 10 a 20 mil habitantes mostram um comportamento divergente. O seu número aumenta, independentemente das conjunturas e de modo inverso ao dos pequenos centros. É

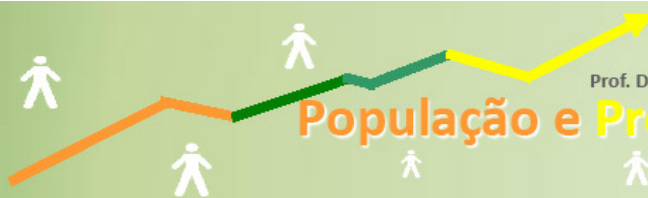


exactamente nos períodos de menor crescimento populacional ou mesmo de recuo que o número destas pequenas cidades aumenta de forma mais significativa, como acontece na 2ª metade do século, entre 50 e 70 e entre 81 e 91. É como se estas pequenas cidades constituíssem um baluarte de refúgio à adversidade das condições políticas e socio-económicas nesses períodos. A realidade urbana dos anos 90 é marcada pela diminuição de todos os centros urbanos, excepto os de maior dimensão. O **Quadro 13** mostra as percentagens de residentes em centros acima dos 20 mil habitantes em relação à população total de cada distrito. Desde logo são evidentes as especificidades regionais. No início do século XX existiam apenas três regiões administrativas com centros acima do limiar dos 20 mil efectivos: Lisboa, Porto e Braga, que em conjunto correspondiam a 9,1% do total de portugueses. Em meados da centúria, este número era já de 12, equivalendo a 16,2% da população. No último censo ascendiam a 50 e 31,9%, respectivamente. Assistiu-se portanto a um aumento do peso relativo de "grandes cidades" no contexto nacional, locais onde hoje vive cerca de um quarto dos portugueses.

Quadro 13 - População a viver em centros acima dos 20 mil habitantes face à população total do distrito (%)

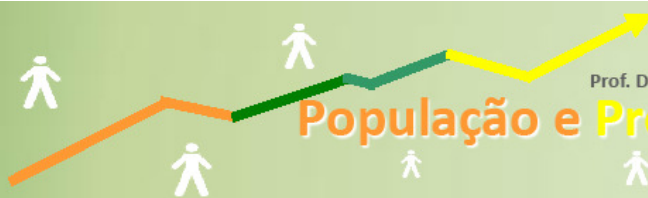
Distritos	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Aveiro									3,8	4,6	5,0	13,7
Beja												13,4
Braga	6,1	6,1	5,8		6,0	5,9	5,9	10,8	12,2	12,0	17,9	25,3
Bragança												13,6
C. Branco							6,3	7,3	10,6	18,3	22,3	31,4
Coimbra					6,6	6,6	9,6	10,7	14,1	17,1	27,0	29,2
Évora						10,5	11,6	11,0	13,4	19,3	21,9	23,7
Faro									7,7	14,9	16,5	25,1
Guarda												14,5
Leiria											16,6	14,8
Lisboa	60,7	62,2	63,5	65,2	65,6	66,3	64,1	62,2	57,6	55,4	50,7	51,0
Portalegre												
Porto	25,4	28,1	28,6	28,9	28,7	28,0	33,1	32,4	28,9	31,2	29,9	41,9
Santarém											5,3	6,3
Setúbal			15,3		16,2	13,8	20,4	28,0	40,5	40,2	34,8	41,5
V. Castelo												14,4
Vila Real												10,9
Viseu										4,7	5,1	12,0
Açores						7,3	7,0	6,8	7,4	8,7		19,1
Madeira			11,9		14,8	15,8	13,7	16,1	16,0	17,4	39,2	41,8
Continente	9,9	10,9	12,2	12,3	14,4	15,1	16,6	18,2	21,0	23,9	24,7	31,2
Ilhas			4,9		6,7	11,3	10,1	11,0	11,4	13,2	20,2	30,1
Portugal	9,12	10,0	11,6	11,4	13,8	14,8	16,1	17,7	20,3	23,3	24,5	31,9

FONTE: IIIª a XIVª Recenseamento Geral da População Portuguesa; Atlas das Cidades de Portugal, vol.II, INE, 2004



Em seis distritos, o aparecimento de cidades com mais de 20 mil residentes data apenas da 2ª metade do século XX.³² Por seu turno, Beja, Évora, Portalegre, Faro e o arquipélago dos Açores têm desde o início do século percentagens máximas de população a viver em centros de 5 a 20 mil residentes. No caso de Évora, o crescimento da capital de distrito determina a partir de 1940 a emergência de um centro com mais de 20 mil habitantes. Se no caso dos distritos alentejanos o povoamento concentrado é uma constante estrutural, no de Faro são as actividades costeiras que justificam a existência de vários centros de média dimensão. A dinâmica do Algarve urbano provoca a partir de 1970 percentagens cada vez mais significativas de população a viver em cidades superiores a 20 mil habitantes. Também na multiplicidade das ilhas açoreanas se desenvolveram pequenos centros populacionais, com maior ou menor crescimento ao sabor dos fluxos emigratórios. O interior Norte revela muito pouco dinamismo em termos do processo de urbanização, como sucede em Bragança, Vila Real, Guarda e Viseu, incapazes de consolidar uma rede urbana. Os seus residentes urbanos vivem até meados do século na sua quase totalidade em núcleos inferiores a 10 mil efectivos. Só na 2ª parte da centúria começam a surgir nestes distritos pequenas cidades. Os restantes, situados junto ao litoral, têm um aumento do nível de urbanização extremamente lento, mas contínuo. É o lento "engordar" dos pequenos centros populacionais. Nos casos de Aveiro e Leiria este processo é sequencial, mas no de Viana do Castelo é bruscamente interrompido. O processo de urbanização do distrito de Coimbra é dominado pela respectiva cidade, que ultrapassará os 20 mil habitantes em 1930, secundada pela Figueira da Foz, único centro que também cresce. A realidade distrital coimbrã demonstra uma fraca capacidade de urbanização, em tudo semelhante à que caracteriza os distritos do interior. Na década de 90 cresce o número de centros urbanos com mais de 20 mil habitantes e aumenta o seu peso face aos respectivos distritos. Tal acontece sobretudo no interior e também em Viana do Castelo e indicia o contínuo esvaziar das zonas rurais envolventes e algum dinamismo desses centros, que acabam por ter um importante papel na organização regional. O único distrito que continua a não ter um centro urbano de média ou grande dimensão é Portalegre.

³² É o caso de Aveiro e Faro nos anos 60, de Viseu em 70, ou mesmo apenas, na década seguinte, dos distritos de Leiria e Santarém.



Ao longo do século XX o surgimento de novos núcleos é explicado pelo ritmo de crescimento global da população portuguesa nos diferentes períodos, embora seja francamente superior, como testemunham os resultados comparativos apresentados no **Quadro 14**. No entanto, são os aumentos das duas grandes cidades portuguesas, sobretudo da capital, que condicionam a intensidade média dos centros urbanos, como também podemos verificar. Se retirarmos Lisboa e Porto ao conjunto dos núcleos com mais de 20 mil efectivos, as taxas de crescimento anual médio tornam-se mais oscilatórias. A partir de 1960 ambos os centros interrompem a dinâmica, ao contrário de Portugal como um todo e dos restantes centros de grandes dimensões. Os resultados corroboram algumas das características aceites como explicativas do processo de evolução urbana portuguesa no século XX, nomeadamente a bipolarização, primeiro através das cidades de Lisboa e Porto e, na 2ª metade da centúria, alargando-se aos concelhos vizinhos. O progresso das grandes cidades é marcado pela progressiva "dominação demográfica da capital, com um período áureo entre 1930 e 1970, embora esbatido nos últimos anos, devido às mudanças ocorridas nas formas de utilização do tecido urbano (terciarização do edificado nos bairros centrais, aumento da percentagem de população pendular).³³

Neste contexto verifica-se a emergência de "cidades satélites" em torno dos dois principais centros, algumas das quais figuram hoje entre as grandes cidades do País. Esta fase iniciou-se nos anos 50 e foi marcada pelos efeitos do desenvolvimento económico, nomeadamente industrial³⁴, que fomentou acréscimos populacionais muito rápidos nas zonas de maior dinamismo, como os centros urbanos de Guimarães, Matosinhos e Vila Nova de Gaia, a Norte, e o Barreiro, Almada, Amadora e Moscavide, nas margens norte e sul do Tejo junto à capital. Este panorama, que aponta para a progressiva concentração urbana em torno de Lisboa e Porto, será o fenómeno marcante das décadas imediatas. Em 1970, dos 22 centros referenciados com mais de 20 mil efectivos, dois ficam geograficamente próximos do Porto e oito de Lisboa, mesmo excluindo as cidades de Braga, Guimarães, Aveiro e Setúbal, próximas da área de influência económica daquelas cidades. Nas três últimas décadas essa concentração aumenta de intensidade. Em 2001, dos 50

³³ BAPTISTA, 1994; BAPTISTA e RODRIGUES, 1995.

³⁴ AGUAR e MARTINS, 2003.



centros urbanos seleccionados, treze situam-se na Área Metropolitana do Porto³⁵ e catorze na Área Metropolitana de Lisboa.³⁶

Quadro 14 - Crescimento diferenciado da população portuguesa e da residente nos principais centros urbanos (taxa de crescimento anual médio em %)

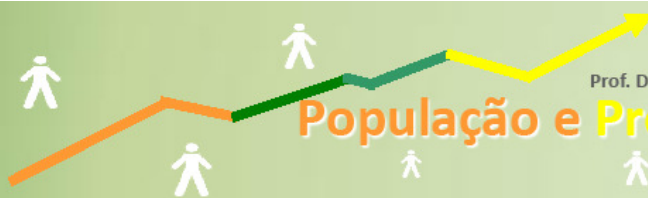
	Pop.Total	+ 20000	s Lx e Porto	Lisboa	Porto
1890-1900	0.75	1.71	0.50	1.72	1.92
1900-1911	0.86	2.25	10.93	1.89	1.32
1911-1920	0.14	0.36	-8.40	1.29	0.51
1920-1930	1.24	2.77	14.53	2.02	1.35
1930-1940	1.24	1.94	3.89	1.61	1.22
1940-1950	0.89	1.85	5.97	1.21	0.71
1950-1960	0.48	1.36	4.16	2.40	0.76
1960-1970	-0.21	1.12	3.85	-0.54	-0.06
1970-1981	1.29	2.44	4.90	0.56	0.80
1981-1991	0.03	0.51	2.24	-1.95	-0.79
1991-2001	0.47	1.89	3.72	- 1.61	- 1.39

FONTE: IIIª a XIVª Recenseamento Geral da População Portuguesa

A rede dos maiores centros urbanos passou por três momentos. No primeiro, que se estende até 1940, as cidades tradicionais têm dinamismo. Depois, até 1970, embora continuem a elevar-se a este grupo algumas cidades antigas, surgem núcleos de formação recente, que sofrem processos rápidos de ascensão e se localizam maioritariamente nas áreas de influência das duas grandes cidades. Na terceira fase, as alterações administrativas registadas na estrutura das zonas dominadas por Lisboa e Porto criam uma nova realidade. A partir dos anos 60 ou 70 deixa de ser inteiramente correcto falar dessas cidades concelho, substituídas por uma nova organização em torno das Áreas Metropolitanas. Para tanto observem-se as relações existentes entre as duas maiores cidades e os restantes centros de grandes dimensões. **(Quadro 15)** Se exceptuarmos a subida na década de 20, verificamos que o peso percentual de Lisboa e Porto decresce sempre desde 1900. Nesta data nelas reside 96% da população a viver em grandes centros; em meados do século mais de dois terços; mas pouco mais de 28% na actualidade, ou seja,

³⁵ Referimo-nos a Gaia, Maia, Póvoa do Varzim, Vila Conde, Ermesinde, Espinho, Gondomar, Rio Tinto (Gondomar), Santo Tirso, São João da Madeira, Matosinhos, São Mamede de Infesta (Matosinhos), Vila Nova de Famalicão.

³⁶ Inclui Lisboa, Setúbal, Barreiro, Amadora, Almada, Montijo, Odivelas, Queluz, Agualva, Oeiras, Seixal, Amora (Seixal), Póvoa de Santa Iria (Vila Franca Xira), Alverca do Ribatejo (Vila Franca Xira).



8% dos residentes. Mas se agregarmos a Lisboa e Porto os núcleos urbanos que integram as suas Áreas Metropolitanas, obtemos resultados diferentes (**Quadro 16**). Num contexto metropolitano, Lisboa e Porto dominam o País actual e fazem parte da área que Ferrão denomina “país sobre pressão”, onde vivem 46% dos portugueses. O final do século XX “afirma crescentemente um Portugal urbano organizado em rede, um arquipélago urbano constituído pelas grandes regiões metropolitanas de Lisboa e Porto, o cordão urbano do litoral algarvio e ainda várias aglomerações urbanas de média e até, nalguns casos, pequena dimensão tanto do litoral como do interior”. Quanto ao interior, de norte a sul, corresponde a um “país sonolento”.³⁷ Neste início de uma nova centúria Portugal mantém-se um espaço desequilibrado no que respeita à distribuição de efectivos. A imagem final do território aponta para a intensificação significativa dos fenómenos de desertificação humana em vastas áreas do país, de concentração urbana e de litoralização, que acompanham os processos de modernização da sociedade portuguesa e a construção de um país “espacialmente mais desequilibrado (...), mas socialmente menos heterogéneo, dado o impacte uniformizador (ou, nalguns casos, desdiferenciador) da afirmação (tardia, em termos europeus) dos processos de modernização”.³⁸

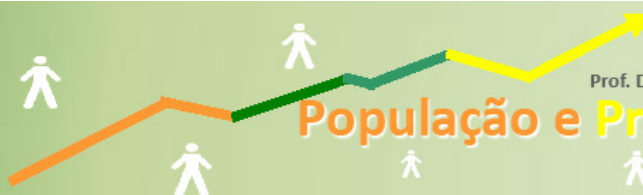
Quadro 15 - Peso populacional das cidades de Lisboa e Porto face aos restantes centros com + de 20 mil habitantes (%)

	Lx. e Porto	Outros
1890	95.5	4.5
1900	96.0	4.0
1911	90.3	9.7
1920	85.7	14.3
1930	87.3	12.7
1940	84.7	15.3
1950	77.3	22.7
1960	70.1	29.9
1970	61.0	39.0
1981	49.4	50.6
1991	39.9	60.1
2001	28.4	71.6

FONTE: III^o a XIV^o Recenseamento Geral da População Portuguesa

³⁷ Ferrão, 2003: 24

³⁸ Ferrão, 2003: 24



Quadro 16 - AML e AMP: distribuição e dinâmica da população residente (1991-2001)

	Área %	População 1991	População 2001	Peso no País	Varição Populacional
AML	3,2	2520708	2661850	25,7	5,6
Concelho de Lisboa	0,1	663394	564657	5,5	- 14,9
Outros Concelhos da AML	3,1	1857314	2097193	20,3	12,9
AMP	0,9	1167800	1221339	11,8	4,6
Concelho do Porto	0,0	302472	263131	2,5	- 13,0
Outros Concelhos da AMP	0,8	865328	958208	9,3	10,7
Total do país	100,0	9867147	10356117	100,0	5,0

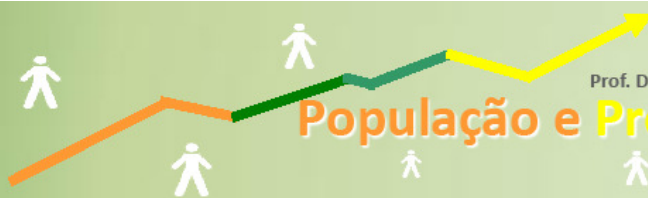
FONTE: XIII^o e XIV^o Recenseamentos Gerais da População Portuguesa

2.2. As tendências locais

Mau grado a progressiva uniformização dos comportamentos demográficos que temos vindo a sublinhar, continua a ser possível distinguir alguma diversidade a uma escala de observação mais fina, que importa identificar. Com esse objectivo recorreremos à técnica analítica multivariada da Análise de *Clusters*, procedimento estatístico que permite detectar grupos homogéneos que partilham características semelhantes em relação a variáveis escolhidas.³⁹ Propomo-nos verificar a eventual existência de grupos homogéneos de concelhos que partilhem características demográficas semelhantes entre 1960 e 2001, conjugando uma leitura global destas quatro décadas com os diferentes períodos intercensitários. Sendo desconhecido *a priori* o número de grupos de concelhos a formar foi utilizado numa primeira fase o método de Análise de Variância (ANOVA), que permite verificar as diferenças significativas que existem entre um determinado número de grupos, através da comparação múltipla de médias e do teste de homogeneidade das variâncias. Empregámos ainda na análise um dos testes mais usados, o de Scheffé⁴⁰, procedimento que permitiu encontrar o número de *clusters* para cada período. Recorreremos ao “SPSS 15.0 for Windows” e escolhemos um dos métodos disponíveis para formar *clusters*, a análise não

³⁹ NORUSIS, 1993: 83-109; PESTANA, GAGEIRO, 1998: 345-354.

⁴⁰ MAROCO, 2007: 154-165.



hierárquica, e um dos métodos mais frequentes, o *K-means*⁴¹. Esta opção tem como principal vantagem a facilidade com que são aplicados a matrizes com grande volume de dados, como é o caso, uma vez que dispensa o cálculo e armazenamento de uma nova matriz de dissimilaridade em cada passo do algoritmo.⁴² Recorreram-se, portanto, aos critérios e métodos mais frequentemente usados neste tipo de análise estatística⁴³.

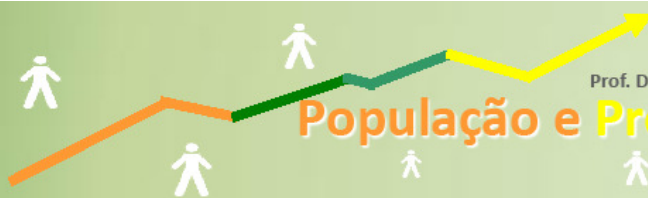
Numa fase inicial procedemos à selecção dos indicadores demográficos a utilizar nas décadas de 1960-70, 1970-81, 1981-1991 e 1991-2001. Considerámos para o efeito as taxas de crescimento total, natural e migratório médio. Esta decomposição em três vertentes permite identificar a relevância das dinâmicas naturais e migratórias enquanto factores explicativos das realidades locais, a nível concelhio.

A década de 60 foi, como se sabe, um período marcado por intensos movimentos migratórios que tiveram forte impacto na redistribuição da população no território. Daí que a variável que nesse período mais contribuiu para diferenciar os diferentes grupos de concelhos fosse a taxa de crescimento anual médio, seguida de muito perto pela de crescimento migratório. Por seu turno, a taxa de crescimento natural não teve nenhuma relevância para a constituição de grupos homogéneos, circunstância a que não será alheio o facto de apenas seis concelhos registarem um crescimento natural negativo, ainda que não de forma muito acentuada: Corvo, Lages das Flores, Penela, Castelo de Vide, Barrancos e S. Brás de Alportel. Da aplicação da metodologia adoptada resulta a identificação de seis grupos de concelhos (**Quadro 17**). Os dois primeiros englobam as regiões que mais intensamente viram a sua população aumentar, devido ao crescimento migratório, e incluem concelhos da área envolvente de Lisboa, tanto da margem norte como sul, mais o Entroncamento. A população do terceiro grupo, que contem maioritariamente concelhos nortenhos, também cresceu nesta década, embora mais moderadamente. Mas neste caso os valores positivos da taxa de crescimento anual médio estão principalmente relacionados com saldos naturais elevados, que compensam a saída de efectivos. Aliás, neste grupo figuram os concelhos com taxas de crescimento natural máximo. Vejam-se como exemplos Guimarães, Paredes, Paços de Ferreira, Felgueiras ou Câmara de Lobos, com saldos

⁴¹ MAROCO, 2007: 446-454.

⁴² MAROCO, 2007: 445.

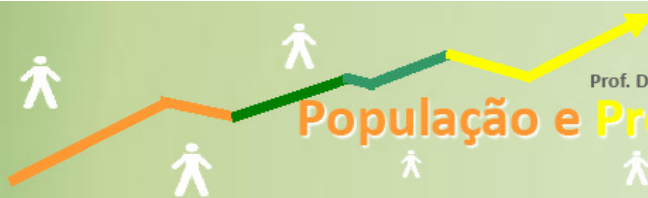
⁴³ PESTANA, GAGEIRO, 1998: 347-348.



migratórios negativos mas uma dinâmica natural elevada; há ainda concelhos, como Gondomar e Espinho, com um aumento migratório moderado e elevadas taxas de crescimento natural; e outros, como Benavente e Palmela, que apresentam valores moderadamente positivos nas duas variáveis. Os três grupos seguintes juntam as regiões mais recessivas, principalmente o último, que inclui os concelhos com taxas negativas máximas de crescimento anual médio e migratório. São os grupos com maior representatividade, o que não é de estranhar, visto que nesta década 82,5% e 92% dos concelhos registaram, respectivamente, valores anuais de crescimento total e migratório de signo negativo. Os agrupamentos quatro e cinco são muito semelhantes em termos do comportamento médio das variáveis. A principal diferença reside na ordem de grandeza dos valores: o grupo cinco apresenta em média taxas mais negativas do que o grupo quatro. A exceção é o crescimento natural, que nesta década é na generalidade dos casos ainda positivo.

Quadro 17. Constituição dos grupos de concelhos referentes à década 1960-70

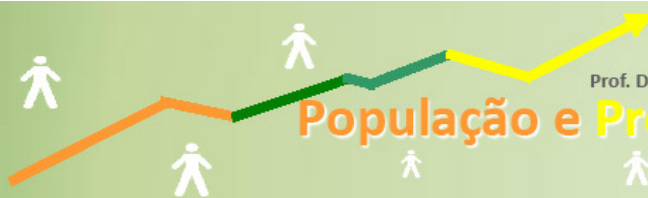
Grupo	Dimensão	Constituição
1	3	Loures, Oeiras, Seixal
2	8	Cascais, Sintra, Vila Franca de Xira, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Entroncamento
3	42	Guimarães, Santo Tirso, Vila Nova de Famalicão, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Amarante, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, São João da Madeira, Vale de Cambra, Águeda, Aveiro, Estarreja, Ovar, Coimbra, Marinha Grande, Arruda dos Vinhos, Alcochete, Palmela, Setúbal, Vila Nova da Barquinha, Almeirim, Benavente, Barcelos, Braga, Peso da Régua, Portimão, Câmara de Lobos, Funchal, Porto Santo
4	113	Fafe, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Porto, Baião, Cabeceiras de Basto, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Mondim de Basto, Arouca, Albergaria-a-Velha, Anadia, Ílhavo, Mealhada, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga, Vagos, Cantanhede, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Mira, Montemor-o-Velho, Penacova, Soure, Leiria, Pombal, Porto de Mós, Alvaiázere, Ansião, Arganil, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Penela, Oleiros, Castro Daire, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Santa Comba Dão, Tondela, Viseu, Vouzela, Seia, Covilhã, Alcobça, Alenquer, Bombarral, Caldas da Rainha, Mafra, Nazaré, Peniche, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Lisboa, Sesimbra, Abrantes, Alcanena, Constância, Tomar, Torres Novas, Ourém, Alpiarça, Azambuja, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém, Sines, Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Viana do Castelo, Amares, Esposende, Terras de Bouro, Vila Verde, Freixo de Espada à Cinta, Santa Marta de Penaguião, Tarouca, Vila Real, Bragança, Manteigas, Castelo Branco, Vila Velha de Ródão, Portalegre, Borba, Évora, Vila Viçosa, Albufeira, São Brás de Alportel, Faro, Lagoa, Lagos, Tavira, Vila do Bispo, Vila Real de Santo António, Angra do Heroísmo, Vila da Praia da Vitória, Santa Cruz das Flores, São Roque do Pico, Lagoa (Açores), Ponta Delgada, Vila Franca do Campo, Machico, Santana
5	116	Resende, Ribeira de Pena, Murtosa, Batalha, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Tábua, Vila Nova de Poiares, Mação, Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei, Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Mangualde, Penalva do Castelo, São Pedro do Sul, Sátão, Vila Nova de Paiva, Fornos de Algodres, Gouveia, Belmonte, Fundão, Cadaval, Lourinhã, Óbidos, Ferreira do Zêzere, Sardoal, Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém, Caminha, Valença, Vila Nova de Cerveira, Alijó, Armamar, Carraceda de Ansiães, Lamego, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Sabrosa, Sernancelhe, Tabuaço, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Alfândega da Fé, Boticas, Chaves, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Mogadouro, Murça, Valpaços, Vila



		Pouca de Aguiar, Vimioso, Celorico da Beira, Guarda, Meda, Pinhel, Trancoso, Penamacor, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Gavião, Marvão, Mora, Nisa, Ponte de Sor, Alandroal, Arraiolos, Estremoz, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Sousel, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Moura, Serpa, Vidigueira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Loulé, Monchique, Olhão, Silves, Calheta (R.A.A.), Santa Cruz da Graciosa, Velas, Corvo, Horta, Lajes das Flores, Lajes do Pico, Madalena, Nordeste, Povoação, Ribeira Grande, Vila do Porto, Ponta do Sol, Porto Moniz, Ribeira Brava, Santa Cruz, São Vicente
6	21	Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penedono, São João da Pesqueira, Vila Nova de Foz Côa, Miranda do Douro, Montalegre, Vinhais, Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Sabugal, Idanha-a-Nova, Alter do Chão, Fronteira, Monforte, Montemor-o-Novo, Viana do Alentejo, Mértola, Ourique, Calheta (R.A.M.)

Nos anos 70 podemos encontrar cinco grupos homogêneos de concelhos (**Quadro 18**).

O indicador que melhor descreve a semelhança ou dissemelhança concelhia continua a ser a taxa de crescimento anual médio, seguida pela componente migratória. No que diz respeito à taxa de crescimento natural, a contribuição continua pouco relevante, embora aumente para 97 o número de concelhos com saldos fisiológicos negativos. Nesta fase de grandes mudanças políticas, sociais e económicas, os dois primeiros *clusters* diferenciam os concelhos com maior dinamismo populacional, sobretudo no que se reporta à sua capacidade atractiva. Continua a consolidar-se o forte crescimento da área envolvente da capital, comprovado pelo facto de serem Loures, Sintra, Vila Franca de Xira, Seixal e Sines os concelhos que registam as mais elevadas taxas de crescimento migratório da década, compensando largamente o saldo natural negativo dos dois primeiros casos. O segundo grupo manifesta comportamento semelhante, o que significa que os saldos migratórios explicam o crescimento anual, cobrindo amplamente os casos de crescimento natural negativo ou próximo do zero. Destaque-se, no entanto, o caso particular dos concelhos da região do Porto, que aliam valores relativamente elevados de crescimento natural a ritmos migratórios também significativos. Aliás, estas unidades revelaram maior capacidade atractiva do que na década anterior. Outro subgrupo é formado por 9 concelhos algarvios, que devem o seu dinamismo aos saldos migratórios que poderemos atribuir à crescente expansão das actividades ligadas ao turismo. O terceiro e quarto agrupamentos reúnem as unidades territoriais que crescem, ainda que de forma moderada. Mas, enquanto o primeiro deve esse crescimento sobretudo às taxas de crescimento natural (incluindo, aliás, os concelhos que registam os valores mais elevados desta década, ainda que tenham saldos migratórios negativos), o quarto já mostra valores médios de saldo fisiológico negativos. Em relação a crescimento migratório este último agrupamento pautava-se por valores médios



positivos, embora baixos. O grupo mais recessivo é o cinco, registando valores tão negativos nos saldos migratórios que anulam os valores médios positivos, ainda que baixos, do crescimento natural.

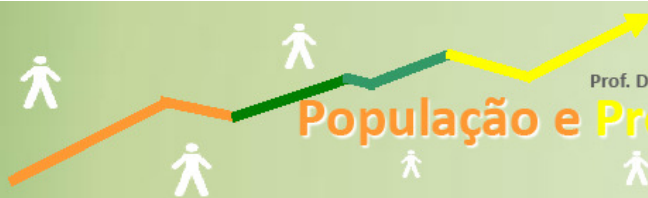
Quadro 18. Constituição dos grupos de concelhos referentes à década 1970-81

Grupo	Dimensão	Constituição
1	5	Loures, Sintra, Vila Franca de Xira, Seixal, Sines
2	45	Gondomar, Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila Nova de Gaia, Albergaria-a-Velha, Anadia, Ílhavo, Mealhada, Oliveira do Bairro, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Mangualde, Santa Comba Dão, Mafra, Óbidos, Peniche, Cascais, Almada, Barreiro, Moita, Palmela, Sesimbra, Setúbal, Entroncamento, Vila Nova da Barquinha, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Salvaterra de Magos, Caminha, Braga, Vila Nova de Foz Côa, Vendas Novas, Albufeira, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Olhão, Portimão, Silves, Vila Real de Santo António
3	63	Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Santo Tirso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão, Espinho, Porto, Vila do Conde, Amarante, Cabeceiras de Basto, Castelo de Paiva, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Mondim de Basto, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Ribeira de Pena, Arouca, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, São João da Madeira, Vale de Cambra, Águeda, Aveiro, Ovar, Sever do Vouga, Vagos, Coimbra, Viseu, Caldas da Rainha, Nazaré, Torres Vedras, Lisboa, Alcochete, Torres Novas, Santarém, Ponte de Lima, Viana do Castelo, Amares, Barcelos, Esposende, Vila Verde, Alijó, Lamego, Mesão Frio, Peso da Régua, São João da Pesqueira, Tabuaço, Vila Real, Bragança, Chaves, Mirandela, Murça, Portalegre, Évora, Beja, Funchal, Machico, Porto Santo
4	94	Estarreja, Murtosa, Cantanhede, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Mira, Montemor-o-Velho, Penacova, Soure, Batalha, Porto de Mós, Alvaiázere, Ansião, Arganil, Castanheira de Pêra, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Penela, Tábua, Vila Nova de Poiares, Sertã, Carregal do Sal, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, São Pedro do Sul, Tondela, Vouzela, Gouveia, Seia, Belmonte, Covilhã, Alcobça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço, Abrantes, Alcanena, Constância, Tomar, Ourém, Almeirim, Alpiarça, Coruche, Golegã, Rio Maior, Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Monção, Valença, Vila Nova de Cerveira, Carrizeda de Ansiães, Moimenta da Beira, Sabrosa, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Alfândega da Fé, Mogadouro, Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Pinhel, Trancoso, Castelo Branco, Avis, Campo Maior, Elvas, Fronteira, Marvão, Monforte, Mora, Ponte de Sor, Borba, Estremoz, Montemor-o-Novo, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Sousel, Viana do Alentejo, Aljustrel, Cuba, Ferreira do Alentejo, São Brás de Alportel, Castro Marim, Tavira, Vila do Bispo, Santa Cruz
5	97	Baião, Celorico de Basto, Resende, Pombal, Figueiró dos Vinhos, Pampilhosa da Serra, Mação, Oleiros, Proença-a-Nova, Vila de Rei, Aguiar da Beira, Castro Daire, Penalva do Castelo, Sátão, Vila Nova de Paiva, Fornos de Algodres, Fundão, Oeiras, Montijo, Ferreira do Zêzere, Sardoal, Chamusca, Odemira, Arcos de Valdevez, Melgaço, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Terras de Bouro, Armamar, Freixo de Espada à Cinta, Penedono, Santa Marta de Penaguião, Sernancelhe, Tarouca, Boticas, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Montalegre, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Vimioso, Vinhais, Celorico da Beira, Meda, Sabugal, Idanha-a-Nova, Penamacor, Vila Velha de Ródão, Alter do Chão, Arronches, Castelo de Vide, Crato, Gavião, Nisa, Alandroal, Arraiolos, Mourão, Portel, Vila Viçosa, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Castro Verde, Mértola, Moura, Ourique, Serpa, Vidigueira, Alcoutim, Aljezur, Monchique, Angra do Heroísmo, Calheta (R.A.A.), Santa Cruz da Graciosa, Velas, Vila da Praia da Vitória, Corvo, Horta, Lajes das Flores, Lajes do Pico, Madalena, Santa Cruz das Flores, São Roque do Pico, Lagoa (Açores), Nordeste, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande, Vila Franca do Campo, Vila do Porto, Calheta (R.A.M.), Câmara de Lobos, Ponta do Sol, Porto Moniz, Ribeira Brava, Santana, São Vicente

Entre 1981 e 1991 a taxa de crescimento anual médio é a componente estatística que continua a ter mais influência na diferenciação em grupos de concelhos, enquanto o factor migratório perde peso, embora tal não corresponda a uma perda de importância dos fluxos migratórios no contexto das dinâmicas de população. Regista-se a subida do número de



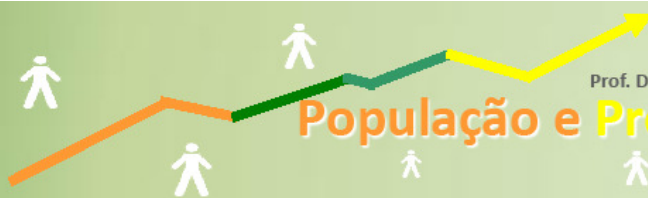
concelhos com valores migratórios negativos em relação à década anterior: 176 nos anos 70, 234 nos 80. Todavia, enquanto nos anos 60 e 70 existiam valores mais extremos (que podiam rondar os - 4% a -6%), agora o valor mais elevado não atinge -3%. Também se acentua a quebra dos níveis de natalidade, o que se reflecte no crescente número de concelhos em que as perdas nos saldos fisiológicos se tornam mais evidentes (131 concelhos, mais cerca de três dezenas que na década precedente). No **Quadro 19** podemos observar a distribuição dos concelhos por grupos homogéneos. O primeiro junta as unidades territoriais que mais aumentaram, quer devido a saldos naturais relativamente elevados (casos de Santo Tirso, Valongo, Lousada, Sintra ou Vila Franca de Xira), quer por beneficiarem de saldos migratórios favoráveis (Palmela, Sesimbra, Seixal, Entroncamento ou Albufeira). Nos antípodas, o sexto e último agrupamento agrega os concelhos mais deprimidos, sem capacidade para fixar população, com saldos fisiológicos próximos do zero ou já negativos. Quanto aos grupos intermédios, podemos verificar que o segundo apresenta semelhanças com o primeiro, uma vez que também é constituído por regiões com alguma vitalidade demográfica, ainda que mais moderada. Na origem destaca-se o papel dos saldos migratórios positivos a que, em alguns casos, se juntam taxas de crescimento natural igualmente favoráveis (Almeirim, Setúbal, Oliveira do Bairro, Figueira da Foz, para citar alguns exemplos). O grupo três tem como denominador comum o facto de a média dos concelhos que o integram apresentarem taxas de crescimento migratórias negativas. Os seus níveis, ainda que baixos, de crescimento, são explicados por saldos naturais positivos (veja-se Guimarães, Barcelos, Esposende ou Porto Santo). Há, todavia, já alguns concelhos com crescimento natural negativo, ainda que próximos do zero (como Vila Verde, Ponta Delgada, Ribeira Grande, Machico, Ponta do Sol). Os concelhos que pertencem aos agrupamentos quatro e cinco são também marcados por taxas negativas, mais elevadas no grupo cinco, sendo que no grupo quatro existe um número mais elevado de casos onde encontramos taxas de crescimento natural positivas ou pouco negativas, sobretudo em concelhos situados mais a norte (Porto, Resende, S. João da Pesqueira, Bragança, Seia) e nas ilhas (caso de Velas, Horta, Vila do Porto, S. Vicente). Para sul cresce o número de concelhos com saldos naturais negativos, sendo as excepções os centros urbanos de Portalegre e Beja.



Quadro 19. Constituição dos grupos de concelhos referentes à década 1981-91

Grupo	Dimensão	Constituição
1	27	Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo, Vila Nova de Gaia, São João da Madeira, Aveiro, Ovar, Porto de Mós, Belmonte, Cascais, Loures, Sintra, Vila Franca de Xira, Moita, Palmela, Seixal, Sesimbra, Entroncamento, Benavente, Santiago do Cacém, Braga, Albufeira, Faro, Lagoa, Lagos, Portimão
2	64	Estarreja, Murtosa, Oliveira do Bairro, Vagos, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Penacova, Soure, Marinha Grande, Lousã, Tábua, Carregal do Sal, Mangualde, Oliveira de Frades, Fundão, Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Caldas da Rainha, Mafra, Nazaré, Óbidos, Torres Vedras, Montijo, Setúbal, Alcanena, Constância, Torres Novas, Almeirim, Azambuja, Cartaxo, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém, Caminha, Valença, Vila Nova de Cerveira, Almeida, Castelo Branco, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Elvas, Ponte de Sor, Évora, Reguengos de Monsaraz, Vila Viçosa, Castro Verde, Cuba, Aljezur, São Brás de Alportel, Loulé, Olhão, Silves, Tavira, Vila do Bispo, Santa Cruz da Graciosa, Corvo, Madalena, Santa Cruz das Flores, São Roque do Pico, Calheta (R.A.M.)
3	58	Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Santo Tirso, Vila Nova de Famalicão, Espinho, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Amarante, Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Mondim de Basto, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Arouca, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra, Águeda, Albergaria-a-Velha, Ílhavo, Sever do Vouga, Coimbra, Mira, Batalha, Leiria, Sátão, Viseu, Lourinhã, Peniche, Amadora, Oeiras, Almada, Barreiro, Sines, Ponte de Lima, Viana do Castelo, Amares, Barcelos, Esposende, Vila Verde, Tarouca, Vila Real, Angra do Heroísmo, Calheta (R.A.A.), Vila da Praia da Vitória, Lagoa (Açores), Ponta Delgada, Ribeira Grande, Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Porto Santo, Ribeira Brava, Santa Cruz
4	106	Porto, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Resende, Anadia, Mealhada, Cantanhede, Pombal, Alvaiázere, Ansião, Arganil, Figueiró dos Vinhos, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Penela, Vila Nova de Poiares, Proença-a-Nova, Aguiar da Beira, Castro Daire, Mortágua, Nelas, Penalva do Castelo, São Pedro do Sul, Tondela, Vila Nova de Paiva, Vouzela, Fornos de Algodres, Gouveia, Seia, Covilhã, Bombarral, Cadaval, Sobral de Monte Agraço, Alcochete, Abrantes, Ferreira do Zêzere, Sardoal, Tomar, Vila Nova da Barquinha, Ourém, Alpiarça, Chamusca, Coruche, Alcácer do Sal, Odemira, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Terras de Bouro, Armamar, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, Peso da Régua, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Vila Flor, Boticas, Bragança, Chaves, Miranda do Douro, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Pinhel, Sabugal, Trancoso, Idanha-a-Nova, Penamacor, Vila Velha de Ródão, Alter do Chão, Crato, Fronteira, Gavião, Monforte, Mora, Nisa, Portalegre, Alandroal, Arraiolos, Borba, Montemor-o-Novo, Mourão, Portel, Redondo, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Aljustrel, Alvíto, Barrancos, Beja, Ferreira do Alentejo, Moura, Alcoutim, Castro Marim, Velas, Horta, Lajes das Flores, Lajes do Pico, Vila Franca do Campo, Vila do Porto, Ponta do Sol, Santana, São Vicente
5	50	Vieira do Minho, Cabeceiras de Basto, Ribeira de Pena, Castanheira de Pêra, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Mação, Oleiros, Sertã, Vila de Rei, Santa Comba Dão, Lisboa, Grândola, Arcos de Valdevez, Melgaço, Aljô, Carraceda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa, Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Mogadouro, Montalegre, Murça, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Vimioso, Vinhais, Celorico da Beira, Meda, Arronches, Marvão, Estremoz, Sousel, Almodôvar, Mértola, Ourique, Serpa, Vidigueira, Monchique, Vila Real de Santo António, Nordeste, Povoação, Porto Moniz

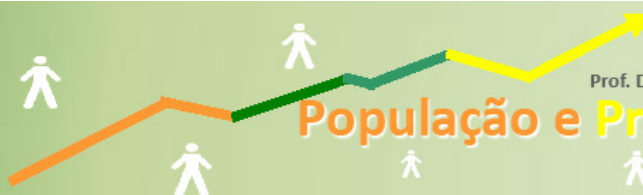
Em relação aos anos 90 optou-se pela formação de cinco grupos de concelhos (**Quadro 20**) que à semelhança dos anteriores tiveram na taxa de crescimento anual médio a principal responsável pela sua constituição. Nesta década diminui o número absoluto de concelhos com crescimento negativo (de 198 para 173), que poderá estar relacionada com a redução dos fluxos migratórios internos e com o aumento das entradas de estrangeiros no



país.⁴⁴ Esse fenómeno contribui para a diminuição do total de concelhos com taxas migratórias negativas (passam de 234 a 120), até porque o número dos que possuem saldos naturais negativos aumenta quase 66%. Neste período destaca-se o subgrupo de concelhos formado por Sintra, Alcochete, Sesimbra, Albufeira, São Brás de Alportel e Loulé, como o que apresenta maior dinâmica, tanto no que diz respeito aos ritmos de crescimento total, como enquanto pólos de atracção populacional. Refira-se que tantos neste grupo, como no seguinte, os concelhos do litoral algarvio devem o seu crescimento a saldos migratórios elevados. O perfil migratório muito positivo é, aliás, a característica perfilhada por todos concelhos do primeiro grupo. No agrupamento seguinte continua a incluir-se áreas atractivas, facto que explica grande parte do seu dinamismo demográfico, menor do que no caso anterior, mas ainda assim diferenciador. O agrupamento três reúne as unidades territoriais com crescimento total muito perto do zero ou já negativo. Há, todavia, concelhos com saldos migratórios positivos, ainda que nem sempre suficientes para assegurar o aumento da sua população; mas há excepções, como Cantanhede ou a Figueira da Foz. Por último, os grupos 4 e 5 agregam os concelhos perdedores. Pautam-se por valores negativos em todas as vertentes, exceptuando alguns casos de crescimento natural tenuemente positivo. Trata-se de concelhos predominantemente rurais, situados em zonas economicamente pouco dinâmicas. Porto e Lisboa vêm acentuar a tendência de perder população (nesta década, mais o primeiro), a favor dos concelhos circundantes, a que juntamos o Barreiro, que perde a capacidade atractiva que o tinha marcado nas décadas de 60 e 70. Um destaque para o grupo mais penalizado, embora residual, que junta Santo Tirso e Loures, os quais apresentam as taxas de crescimento anual médio e migratório mais baixas nesta década. Estes resultados podem ser explicados pela criação em 1998 de dois novos concelhos, Trofa e Odivelas, cuja constituição é feita precisamente com freguesias que anteriormente pertenciam àqueles concelhos⁴⁵.

⁴⁴ Com estratégias de fixação por vezes difusas, como é o caso das comunidades da Europa central e de Leste ou da América Latina.

⁴⁵ O concelho de Trofa foi criado pela Lei n.º 83/98 de 14 de Dezembro e passou a abranger a área das freguesias de São Mamede do Coronado, São Martinho do Bougado, Covelas, São Cristóvão do Muro, Alvarelos, Guidões, São Romão do Coronado e Santiago do Bougado, que foram destacadas do concelho de Santo Tirso, do distrito do Porto. O concelho de Odivelas foi igualmente criado pela Lei n.º 83/98 de 14 de Dezembro passando a incluir a área das freguesias de Caneças, Famões, Odivelas, Olival Basto, Pontinha, Póvoa de Santo Adrião e Ramada, a destacar do concelho de Loures, do distrito de Lisboa.

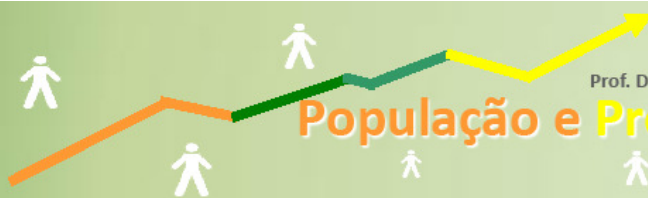


Quadro 20. Constituição dos grupos de concelhos referentes à década 1991-2001

Grupo	Dimensão	Constituição
1	20	Maia, Condeixa-a-Nova, Lousã, Vila Nova de Poiares, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Sintra, Alcochete, Palmela, Seixal, Sesimbra, Entroncamento, Benavente, Albufeira, São Brás de Alportel, Lagoa, Lagos, Loulé, Vila Real de Santo António, Santa Cruz
2	82	Fafe, Póvoa de Lanhoso, Vila Nova de Famalicão, Gondomar, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Amarante, Cabeceiras de Basto, Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, São João da Madeira, Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Mealhada, Oliveira do Bairro, Ovar, Vagos, Coimbra, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal, Porto de Mós, Miranda do Corvo, Viseu, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Caldas da Rainha, Lourinhã, Peniche, Torres Vedras, Cascais, Oeiras, Vila Franca de Xira, Almada, Moita, Montijo, Setúbal, Ourém, Azambuja, Cartaxo, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Grândola, Sines, Caminha, Viana do Castelo, Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Vila Verde, Vila Real, Bragança, Chaves, Guarda, Évora, Vendas Novas, Aljezur, Faro, Olhão, Portimão, Corvo, Lagoa (Açores), Ponta Delgada, Ribeira Grande, Câmara de Lobos
3	103	Guimarães, Espinho, Baião, Cinfães, Arouca, Vale de Cambra, Murtosa, Sever do Vouga, Cantanhede, Figueira da Foz, Mira, Montemor-o-Velho, Penacova, Soure, Ansião, Arganil, Oliveira do Hospital, Pedrógão Grande, Penela, Tábua, Vila de Rei, Carregal do Sal, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Vouzela, Belmonte, Covilhã, Fundão, Alcobaça, Cadaval, Nazaré, Óbidos, Amadora, Alcanena, Ferreira do Zêzere, Sardoal, Tomar, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha, Almeirim, Alpiarça, Chamusca, Golegã, Santarém, Alcácer do Sal, Odemira, Santiago do Cacém, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Vila Nova de Cerveira, Sabrosa, Vila Nova de Foz Côa, Mirandela, Celorico da Beira, Manteigas, Trancoso, Castelo Branco, Arronches, Campo Maior, Castelo de Vide, Elvas, Ponte de Sor, Portalegre, Borba, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mourão, Portel, Reguengos de Monsaraz, Sousel, Viana do Alentejo, Vila Viçosa, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Moura, Ourique, Serpa, Vidigueira, Castro Marim, Monchique, Silves, Tavira, Angra do Heroísmo, Velas, Vila da Praia da Vitória, Horta, Madalena, Santa Cruz das Flores, São Roque do Pico, Nordeste, Vila Franca do Campo, Machico
4	98	Vieira do Minho, Porto, Celorico de Basto, Mondim de Basto, Resende, Ribeira de Pena, Alvaiázere, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Mação, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã, Aguiar da Beira, Castro Daire, Fornos de Algodres, Gouveia, Seia, Lisboa, Barreiro, Abrantes, Constância, Coruche, Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Terras de Bouro, Alijó, Armamar, Carrizada de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Penedono, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Alfândega da Fé, Boticas, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mogadouro, Montalegre, Murça, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Vimioso, Vinhais, Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, Pinhel, Sabugal, Idanha-a-Nova, Penamacor, Vila Velha de Ródão, Alter do Chão, Avis, Crato, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Mora, Nisa, Alandroal, Arraiolos, Redondo, Aljustrel, Almodôvar, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Alcoutim, Vila do Bispo, Calheta (R.A.A.), Santa Cruz da Graciosa, Lajes das Flores, Lajes do Pico, Povoação, Vila do Porto, Calheta (R.A.M.), Funchal, Ponta do Sol, Porto Moniz, Porto Santo, Ribeira Brava, Santana, São Vicente
5	2	Santo Tirso, Loures

Quadro 21. Constituição dos grupos de concelhos referentes à década 1960-2001

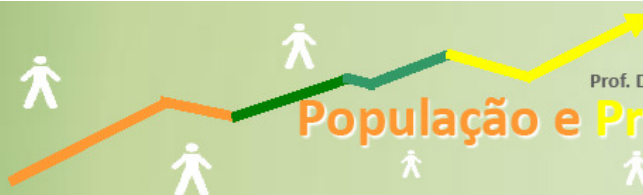
Grupo	Dimensão	Constituição
1	8	Valongo, Cascais, Sintra, Vila Franca de Xira, Almada, Moita, Palmela, Seixal
2	2	Loures, Barreiro
3	33	Vila Nova de Famalicão, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, São João da Madeira, Águeda, Aveiro, Ovar, Marinha Grande, Arruda dos Vinhos, Oeiras, Alcochete, Montijo, Sesimbra, Setúbal, Entroncamento, Almeirim, Benavente, Barcelos, Braga, Albufeira, Portimão



4	113	Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Santo Tirso, Porto, Amarante, Castelo de Paiva, Marco de Canaveses, Arouca, Vale de Cambra, Albergaria-a-Velha, Anadia, Estarreja, Ílhavo, Mealhada, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga, Vagos, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Mira, Montemor-o-Velho, Penacova, Soure, Batalha, Leiria, Pombal, Porto de Mós, Ansião, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Penela, Tábua, Vila Nova de Poiares, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Tondela, Viseu, Seia, Belmonte, Alcobaça, Alenquer, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Abrantes, Alcanena, Constância, Tomar, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha, Ourém, Alpiarça, Azambuja, Cartaxo, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém, Santiago do Cacém, Sines, Caminha, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira, Amares, Esposende, Vila Verde, Peso da Régua, Vila Real, Bragança, Mirandela, Guarda, Castelo Branco, Campo Maior, Elvas, Ponte de Sor, Portalegre, Évora, Vila Viçosa, Beja, São Brás de Alportel, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Olhão, Silves, Tavira, Vila do Bispo, Vila Real de Santo António, Lagoa (Açores), Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Porto Santo, Santa Cruz
5	147	Vieira do Minho, Baião, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Cinfães, Mondim de Basto, Resende, Ribeira de Pena, Murtosa, Alvaiázere, Arganil, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Mação, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei, Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Penalva do Castelo, Sátão, Vila Nova de Paiva, Vouzela, Fornos de Algodres, Gouveia, Covilhã, Fundão, Lisboa, Ferreira do Zêzere, Sardoal, Chamusca, Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Terras de Bouro, Aljô, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Penedono, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Alfândega da Fé, Boticas, Chaves, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mogadouro, Montalegre, Murça, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Vimioso, Vinhais, Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal, Trancoso, Idanha-a-Nova, Penamacor, Vila Velha de Ródão, Alter do Chão, Arronches, Avis, Castelo de Vide, Crato, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Mora, Nisa, Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Sousel, Viana do Alentejo, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Ourique, Serpa, Vidigueira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Monchique, Angra do Heroísmo, Calheta (R.A.A.), Santa Cruz da Graciosa, Velas, Vila da Praia da Vitória, Corvo, Horta, Lajes das Flores, Lajes do Pico, Madalena, Santa Cruz das Flores, São Roque do Pico, Nordeste, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande, Vila Franca do Campo, Vila do Porto, Calheta (R.A.M.), Ponta do Sol, Porto Moniz, Ribeira Brava, Santana, São Vicente

No sentido de perceber, numa óptica aplicada ao período 1960 – 2001, quais as realidades locais com maior homogeneidade, decidimos tratar em simultâneo as variáveis de crescimento total, natural e migratório daquele período. Os resultados obtidos (**Quadro 21**) corroboram as observações anteriores sobre o impacto que os movimentos migratórios, especialmente os ocorridos na década de 60, tiveram na configuração territorial da população. Ao invés, a variável que menos contribuiu para a definição dos *clusters* foi a taxa de crescimento natural de 1960-70.

Da aplicação desta metodologia resultou uma divisão em três grandes agrupamentos de concelhos, de que se destacam as seguintes características diferenciadoras:



Grupo	%	Características
1 e 2	2,6 + 0,7	<p>Maior dinamismo e locais de destino interno preferencial nas décadas de 60 e 70; Localizados na região envolvente de Lisboa, com Valongo; Mantêm comportamento constante até 2001. Excepções: Barreiro (taxa de crescimento migratório negativa em 80 e 90); e Loures (taxa de crescimento migratório muito negativa em 90 devida a alterações de território).</p>
3	10,9	<p>Inclui concelhos da Grande Lisboa, concelhos à volta do Porto até Aveiro e concelhos algarvios de Albufeira e Portimão; Regista os níveis médios mais elevados de crescimento natural entre 1960 e 1981, resultado de comportamentos favoráveis de fecundidade tardios em contexto nacional; O crescimento natural explica o seu dinamismo, já que as médias do crescimento migratório são baixas.</p>
4 e 5	37,3 + 48,1	<p>Revelam comportamentos recessivos, sobretudo o Grupo 5; Grupo 4 - menos recessivo, embora também tenha um perfil migratório negativo (mais em 1960-70, menos em 1981-91). Nas outras décadas o saldo foi positivo, com valores perto do zero. As outras variáveis, à excepção do saldo natural da década de 90 e o crescimento total de 60 e 80, em média negativa, revelam tendência positiva inferior a 1. Estes valores reflectem a influência dos movimentos migratórios na evolução da população destas regiões; Grupo 5 - valores médios negativos praticamente em todas as variáveis (excepções: taxas de crescimento natural entre 1960 e 1981 que, todavia, não conseguiram inverter a sua tendência depressiva). Os valores negativos dos saldos migratórios, especialmente na década de 60, indicam que foram locais de origem de migrantes que se deslocaram quer para outras zonas do país, quer para o estrangeiro.</p>

FONTES E BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Álvaro e MARTINS, Manuel, 2003 - " O crescimento da produtividade da industria Portuguesa no século XX". CEMPRE. Faculdade d Economia. Universidade do Porto. Portugal

BAGANHA, Maria Ioannis Baganha, 1998 - "A emigração atlântica e as migrações internas em Portugal", *Los 98 Ibericos y el mar*, IV, Lisboa, 215-228

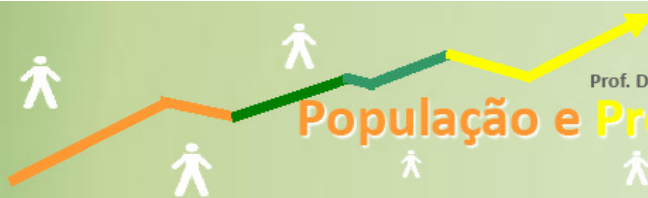
BAPTISTA, Luís e RODRIGUES, Teresa, 1996 - "Population and Urban Density: Lisbon in the 19th and 20th centuries", in *Urban dominance and labour market differentiation of an european capital city. Lisbon, 1890-1990*, Kluwer Ac.Publ., London, 75-122

BAPTISTA, Luís, 1994 - "Dominação demográfica no contexto do século XX português: Lisboa, a capital", *Sociologia – problemas e práticas*, 15, 53-77

CARRILHO, Maria José Carrilho et allii, 2004 - "A situação Demográfica recente em Portugal", *Revista de Estudos Demográficos*, 36, INE, Lisboa, 127-151

CARRILHO, Maria José Carrilho, 2008 - "A situação Demográfica recente em Portugal", *Revista de Estudos Demográficos*, 42, INE, Lisboa, 109-155

FERRÃO, João, 2003 - "Dinâmicas territoriais e trajectórias de desenvolvimento. Portugal 1991-2001", *Revista de Estudos Demográficos*, 34



INE, 2007 - *Estimativas Demográficas*, Lisboa (www.ine.pt).

INE, 2007 - *Indicadores Demográficos*, Lisboa (www.ine.pt).

MARIJA J. e Norusis /SPSS Inc., 1993 - *SPSS for Windows. Professional Statistics 6.0*, Chicago

MAROCO, João, 2007 - *Análise estatística com utilização do SPSS*, Edições Sílabo, Lisboa

MOREIRA, Maria João da Silva Guardado Moreira, 1998 - "A Beira Interior no contexto da fronteira luso-espanhola", in *População e Sociedade*, 4, CEPFAM, Porto, 107-122

MOREIRA, Maria João da Silva Guardado Moreira, 2001 - *A Dinâmica demográfica na região do INTERREG Ibérico no Final do Século XX*, dissertação de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, FCSH-UNL

MOREIRA, Maria João Guardado Moreira, RODRIGUES, Teresa, 2005 - "Modelos de Mortalidade em Portugal", in *Ler História*, nº49, Lisboa, 145-169

NAZARETH, Manuel Nazareth, 1988 - *Portugal. Os próximos 20 anos*, III, F.C.G., Lisboa

PESTANA, Maria Helena e GAGEIRO, João Nunes, 1998 - *Análise de dados para as Ciências Sociais. A complementaridade do SPSS*, Edições Sílabo, Lisboa

PINTO, Maria Luís Rocha e RODRIGUES, Teresa, 1996a - "Migrações internas", *Dicionário de História do Estado Novo*, vol.II, Círculo de Leitores, Lisboa, 561-565

PINTO, Maria Luís Rocha e RODRIGUES, Teresa, 1996b - "1981-1991: as tendências recentes da evolução populacional portuguesa", *História*, 26, Lisboa, 44-53

RODRIGUES, Teresa e PINTO, Maria Luís Rocha, 2002 - "Migrações no Portugal do Século XX", *Ler História*, 43, Lisboa, 179-203

RODRIGUES, Teresa, 1995 - "A população portuguesa nos séculos XIX e XX. O acentuar das assimetrias de crescimento regional", *População e Sociedade*, 1, CEPFAM, Porto, 57-72

RODRIGUES, Teresa, 1998 - "A demografia de Espanha e Portugal. Portugal nos dois últimos séculos: as assimetrias de crescimento regional", *Los 98 Ibericos y el mar*, IV, Lisboa, 139-162.

RODRIGUES, Teresa, 2002 - "As grandes linhas de evolução da população portuguesa no último século", in *Actas Seminário Censos 2001*, INE, Lisboa, 26-35